



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 4/X-3º/2011-12

1 - Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, pelas 21H15, nas instalações dos Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sitas na Av.^a da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de fevereiro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação das Conclusões da Comissão Eventual – (SMAS) constituída por deliberação da Assembleia e publicitada pelo Edital nº 94/X-2º.

3.2 – Apreciação e informação da Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade do Município.

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de Autorização de Procedimentos Concursais para Postos de Trabalho.

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; José Augusto Tavares Oliveira; José Gabriel Guiomar Joaquim; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Domingos José Soares de Almeida Lima; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 23 de fevereiro de 2012, (Ent. nº 784/X-3º), (**Conforme Anexo I**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com Ausência no dia 23 de fevereiro de 2012 (Ent. nº 752/X-3º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Hélder de Jesus Viegas, com Ausência no dia 23 de fevereiro de 2012 (Ent. nº 749/X-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal António Frederico de Meneses Ferrinho, com Ausência no dia 23 de fevereiro de 2012 (Ent nº 757/X-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 23 de fevereiro de 2012 (Ent. nº 755/X-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 23 de fevereiro de 2012 (Ent nº 756/X-3º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Luís Miguel Ferreira Varela Pais, com Ausência no dia 23 de fevereiro de 2012 (Ent. nº 743/X-3º), (**Conforme Anexo VII**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- A Candidata Sr.^a Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de fevereiro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.^a Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.^a Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.^a Margarida Santos Serafim, do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, do cidadão Sr. José Mário Castelhana Ferreira, do cidadão Alain Magalhães Pereira (PEV), (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII**).
- O Candidato Sr. Carlos Alexandre de Melo Ohen, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de fevereiro, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).
- O Candidato Sr. António Paulo Júnior, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de fevereiro, do eleito Sr. Hélder de Jesus Dias Viegas e por impedimento do cidadão Sr. Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, da cidadã Sr.^a Sónia Margarida Pereira da Cruz Mirco Fernandes, do cidadão Sr. José Manuel Vasques Godinho, do cidadão Sr. Bruno Miguel Ganhão Pires, da cidadã Sr.^a Joana Tavares Reis Raposo, do cidadão Sr. António Carlos Moreira Camacho, do cidadão Sr. Paulo Jorge Fernandes Mendes, da cidadã Sr.^a Maria Teresa dos Santos Baptista Gafeira, do cidadão Sr. Ricardo Filipe Barão Gazimba, do cidadão Sr. Fernando Jorge Lopes Pereira, da cidadã Sr.^a Sandra Isabel da Silva Ramos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX e XXX**).
- O Candidato Sr. Luís Filipe Santiago Hermenegildo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de fevereiro, do eleito Sr. António Frederico de Meneses Ferrinho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXXI**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de fevereiro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXXII**).
 - O Candidato Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de fevereiro, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo XXXIII**).
 - O Candidato Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de fevereiro, do eleito Sr. Luís Miguel Ferreira Varela Pais e por impedimento da cidadã Sr.^a Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXXIV e XXXV**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respectivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta de Freguesia, Senhora Patrícia Rocha Brighenti, (**Conforme Anexo XXXVI**).
- 4.3** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 250/X-3º ao nº 717/X-3º, do Expediente Enviado do nº 47/X-3º ao nº 165/X-3º, dos E-mail Enviados no período de 02 de novembro de 2011 a 17 de fevereiro de 2012, informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 18/X-3º/2011-2012, da Atividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 02/X-3º/2011-2012 (Período de 15 de dezembro de 2011 a 22 de fevereiro de 2012), das Atas Nº 01/X-3º/2011-12, 02/X-3º/2011-12 e 03/X-3º/2011-12 e das Minutas das Atas Nº 01/X-3º/2011-12, 02/X-3º/2011-12 e 03/X-3º/2011-12, para posterior aprovação e ratificação.
- 4.4** – Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), o Presidente da Assembleia informou dos Requerimentos formulados pelos Senhores Deputados Municipais.
- 4.4.1** - Foi apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão um Requerimento sobre “Frequência de crianças na Rede Pública do Pré-Escolar e 1º Ciclo”
- a** - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 19 novembro 2011, foi registado com o nº 331/X-3º e designado de nº 03/PS-X-3º
 - b** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 22 dezembro 2011 através do ofício nº 54/X-3º
 - c** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 010/GP de 06 janeiro 2012, sendo-lhe atribuído o nº 509/X-3º
 - d** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 139/X-3º em 12 janeiro 2012
- 4.4.2** - Foi apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco um Requerimento sobre “Concurso de Elaboração do Plano de Urbanização de Almada Poente – PUPA”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- a** - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 janeiro 2012, foi registado com o nº 598/X-3º e designado de nº 14/CDS-PP
- b** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 01 fevereiro 2012, através do ofício nº 147/X-3º
- c** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 088/GP de 17 fevereiro 2012 sendo-lhe atribuído o nº 714/X-3º
- d** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 166/X-3º em 22 fevereiro 2012

4.5 - O Presidente da Assembleia informou ainda que todos os Requerimentos dos Srs. Deputados Municipais tiveram resposta dentro dos prazos determinados pela lei e regimento e foram ou serão publicitados no sítio da NET da Assembleia Municipal assim como as respectivas respostas.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Alexandre T. N. Guerreiro, residente em Almada.

5.1.1 – O Munícipe Exm.º Senhor Alexandre T. N. Guerreiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em 30 de dezembro passado a Câmara Municipal de Almada emitiu um comunicado no qual disse e eu passo a citar: “que apresenta a totalidade das suas contas no último dia útil do ano”. Situação que, e continuo a citar, “se crê ser inédita no País”.

Hoje, dia 23 de fevereiro de 2012, continuamos ainda a aguardar a publicação e a amostragem dessas mesmas contas, as quais apesar de a Câmara conseguir justificar que de acordo com o artigo 49º, nº 2, da Lei das Autarquias Locais não está obrigada a fazê-lo, o que acontece é que quem emitiu um comunicado desta natureza deve no mínimo publicar as suas contas, a menos que, podemos aqui presumir ou podemos até mesmo especular, que existe algo que não tenha ainda pronto para poder publicar. E eu digo isto porque existem uma série de despesas que nos últimos meses a própria Câmara publicou através do base ao abrigo da Lei, e posso passar já a referir algumas delas que eu julgo que embaraçam a própria Câmara pelo menos embaraçar-me-iam a mim.

Temos então uma despesa de 6.750 euros no dia 04 de outubro de 2011 com o cocktail ajantarado; temos uma despesa de 49.990 euros para aquisição de serviço de luzes de Natal no dia 07 de dezembro de 2011; e temos ainda 39.900 euros de um espetáculo de Fim de Ano. Porém, os Munícipes não têm acesso a luz durante todo o período noturno. Eu não consigo compreender como é que não há dinheiro para garantir a iluminação pública, mas no entanto há dinheiro para continuar a subscrever estes caprichos. É sempre preferível alguns foguetes, alguma festa, mas segurança não é essa a aposta da Câmara.

Relativamente à segunda questão que me traz aqui, nomeadamente a questão da Reforma das Freguesias, reforma essa muito extremamente necessária. Eu gostaria de vos lembrar a todos que Paris tem uma Freguesia por noventa e cinco mil habitantes; gostava de recordar que Madrid, Barcelona têm uma Freguesia por cento e cinquenta mil habitantes, Almada tem uma Freguesia por quinze mil habitantes. Eu pergunto que tipo de código genético terão os almadenses que precisarão de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tantas Freguesias para conseguir controlar e conseguir apoiar tanta gente? Eu julgo que os almadenses não são diferentes dos demais. E é por isso mesmo que eu gostaria de referir que este mesmo boicote da própria Câmara e de alguns Partidos, que se opõem a esta reforma dos municípios tem apenas em vista manter a atual segregação que nós temos no nosso Município. Aliás parafraseando algumas declarações públicas também, é dito que as Juntas de Freguesia servem para alimentar e para conseguir garantir a separação das rivalidades entre algumas povoações do Concelho de Almada. Parece quase que estamos a falar de um qualquer estado africano que tem diversas etnias em guerrilha, como se Almada se trata-se de um Concelho que estivesse em guerra. Tanto quanto eu tenho conhecimento não estamos em estado de sítio, não estamos em guerra e cinco Freguesias justificam-se perfeitamente. E essas cinco Freguesias foram apresentadas, essa proposta foi apresentada umas semanas atrás, inclusivamente através dos órgãos de comunicação social, foi uma excelente proposta apresentada pelo CDS-PP essas mesmas semanas. E que respeita não só os critérios históricos e culturais deste mesmo Município; senão vejamos a união entre a Trafaria e a Freguesia de Caparica; a união entre Almada, Pragal, Cacilhas e Cova da Piedade, e também a união entre a Charneca e a Sobreda de Caparica, as duas Freguesias que ainda há pouco tempo conviviam numa mesma Freguesia e finalmente Feijó e Laranjeiro exatamente na mesma situação.

Aquilo que acontece e aquilo que temos assistido até agora são algumas campanhas, sobretudo por parte da própria Câmara e de alguns elementos da oposição ao Governo Central, que parecem querer boicotar esta proposta e esta mais do que necessária reforma de cinco freguesias. Nomeadamente aquilo que nós vimos são ações de propaganda que visam iludir as pessoas apelando a possíveis despedimentos e apelando a extinção de Freguesias, um cenário completamente surrealista, isto é uma realidade virtual e deveria ser inclusivamente sancionado, as pessoas que continuam a fomentar este tipo de polémicas e este tipo de mentiras. Isto porquê? Porque as Freguesias vão ser agregadas, não são extintas, mantêm exatamente as mesmas infraestruturas, mantêm os recursos humanos, mantêm exatamente tudo. Se o temor é que as Juntas de Freguesia deixem de continuar a apoiar a gerir as escolas, a prestar auxílio até na gestão dos jardins, então nesse caso se mantêm os recursos humanos, a menos que os Presidentes de Junta não tenham capacidade para prosseguir a sua missão, então nesse caso é uma conversa completamente diferente. Agora se as pessoas não forem capazes de gerir Câmaras ou de gerir freguesias com uma média de trinta mil pessoas, então eu peço-vos por favor saiam e deem lugar a outras pessoas que tenham capacidade e que não têm medo de gerir freguesias com todas estas pessoas. Agora, uma coisa é certa, chamar ataque constitucional à agregação de Freguesias, peço imensa desculpa mas ataque constitucional é nem sequer se atreverem a discutir as propostas, porque esta reforma é necessária e vai ajudar em muito os nossos fregueses. Vão manter recursos humanos, vão manter infraestruturas. Por favor parem de mentir aos munícipes.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Um cumprimento à Sociedade Musical Trafariense, um cumprimento aos autarcas da Freguesia da Trafaria e aos Munícipes desta Freguesia, é com muito gosto também que aqui estou de novo, depois das Opções Participativas que aqui decorreram na semana passada.

Porque a Câmara foi referida, dizer que todos os nossos Deputados Municipais sabem, compete à Assembleia Municipal aprovar o Relatório e a Conta de Gerência do Exercício de 2011, e é partir do momento em que as contas se encontram aprovadas que naturalmente elas são publicadas. Entretanto os serviços estão a desenvolver o seu trabalho técnico de modo a que em março, tal como a Lei dispõe as contas estejam em condições de serem presentes à Câmara Municipal e em abril à nossa Assembleia Municipal que as apreciará e decidirá e a partir daí serão publicadas como sempre no nosso site municipal, todas as contas da Câmara estão aí publicitadas e depois serão enviadas ao Tribunal de Contas.”

5.3 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Para apresentação de Voto de Pesar, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Batista (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Igrejas Caeiro)

6.1.1 – O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Igrejas Caeiro

Igrejas Caeiro estreou-se em 1940 no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, de onde seria expulso, anos mais tarde, por causa das suas posições antifascistas, posições essas que viriam a fazer com que o regime de Salazar o proibisse de se apresentar em espetáculos ao vivo.

Entre as suas obras, contam-se a atuação no filme *Camões*, de Leitão de Barros, em 1946, e a produção dos populares programas radiofónicos *Os Companheiros da Alegria* e *Comboio das 6 e meia*, nos anos 50 do século XX.

Em 1969, fundou e dirigiu o Teatro Maria Matos, em Lisboa, que foi inaugurado com a peça "Tombo no Inferno", de Aquilino Ribeiro.

Foi deputado pelo Partido Socialista após o 25 de Abril e diretor de programas da Emissora Nacional de Radiodifusão (hoje RDP).

Igrejas Caeiro foi um cidadão comprometido com as causas públicas e com o bem estar dos seus concidadãos, nunca deixando de dar o seu contributo cívico à vida do seu país, em particular, através do seu Partido Socialista.

Deixou-nos a 19 de Fevereiro.

A Assembleia Municipal de Almada reunida a 23 de Fevereiro de 2012, na Freguesia da Trafaria, presta sentida homenagem ao cidadão comprometido e ao homem de cultura e solidariza-se com a dor da família e dos amigos.”

6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do documento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.2.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Igrejas Caeiro, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Batista, foi aprovado por unanimidade.

6.2.2 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória do Cidadão falecido.

6.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre Plano de Ação Local para a Biodiversidade; Moção/Saudação sobre Madan Parque; e Moção/Deliberação sobre 25º Aniversário da Morte de Zeca Afonso), João Geraldês (apresentando Moção/Deliberação De subscrição do manifesto da Plataforma artigo 235; Moção/Deliberação De apoio ao Manifesto dos Onze Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde; Moção/Deliberação sobre Transportes Públicos ao serviço das populações), Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação sobre Lei de Revisão do Arrendamento Urbano/Lei dos Despejos), Sérgio Taipas (apresentando Moção/Deliberação sobre Pleno Gerontológico do Concelho de Almada; Moção/Deliberação sobre Opções Participativas), Sérgio Bastos (apresentando Moção/Deliberação sobre Plano Costa da Trafaria), José Joaquim Leitão (apresentando Moção/Deliberação sobre Órgãos Comunicação Municipais), José Gabriel (apresentando Moção/Deliberação sobre Alterações ao Regime Laboral da Função Pública), António Maco (apresentando Recomendação Transpraia), Maria Odete Alexandre (apresentando Moção/Deliberação sobre Mecanismos Apoio Comércio Cacilhas), Luís Filipe Pereira, Manuel Braga, José Joaquim Leitão, Domingos Almeida Lima, Patrícia Brighenti, Miguel Salvado, Fernando Pena, Luísa Ramos, Sérgio Taipas, Odete Alexandre, Sérgio Bastos, Miguel Salvado, José Gabriel, Vereadora Amélia Pardal, Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

6.3.1.1 - Moção/Deliberação Plano de Ação Local para a Biodiversidade

Desde há mais de 3000 milhões de anos atrás, quando surgiram as primeiras formas de vida sobre a Terra, até aos dias de hoje, que o número de espécies de seres vivos tem vindo a aumentar. Este processo, designado por especiação, tem sido, no entanto, acompanhado por diversos períodos de extinções maciças. Mas no passado, durante os intervalos de milhões de anos entre cada vaga de extinções, o aparecimento de novas espécies foi-se dando a um ritmo superior ao dos desaparecimentos, sendo esta a razão para que o número máximo de espécies, alguma vez existente sobre a Terra, tenha sido atingido na nossa era, há apenas 30 000 anos. Consta-se que desde então, esse número tem vindo a decrescer, de uma forma contínua, e a um ritmo inversamente proporcional ao do aumento da população humana.

De uma forma geral, existe uma acentuada tendência à escala global para a diminuição da biodiversidade e a delapidação dos seus recursos naturais. A alteração destes mecanismos é algo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

complexo mas urgente e necessário. São de facto necessárias medidas ao nível Global e local que promovam a Conservação da Biodiversidade atual e invertam este processo a curto prazo.

A própria Organização das Nações Unidas, numa tentativa de sensibilização da opinião pública definiu a década 2011 a 2020 como a Década da Biodiversidade. De acordo com os dados da ONU atualmente existem no Planeta Terra cerca de 48000 espécies ameaçadas, estando 17000 em situação de risco de extinção. Quando pensamos de uma forma abstrata estes números poderão até não nos tocar, mas basta refletir um pouco para nos apercebermos o que isto significa: das espécies que a ciência conhece, e que nós conhecemos, hoje 21% dos mamíferos, 30% dos anfíbios, 12% das aves, 28% dos répteis, 37% dos peixes de água doce e 70% das plantas estão à beira da extinção.

Caso este fenómeno não seja revertido este índice de perda de biodiversidade não terá paralelo com nenhum outro na história colocando em risco muitos dos ecossistemas terrestres e marinhos visto que ultrapassarão limites do seu equilíbrio dos quais já não conseguirão recuperar.

O território português encontra-se numa das áreas recentemente consideradas prioritárias pela UNESCO para a Conservação da Biodiversidade: o Mediterrâneo. O Concelho de Almada abrange, por sua vez, um território mediterrânico de influência atlântica, onde, conseqüentemente, se encontra uma grande diversidade de habitats: desde o nosso extenso cordão dunar presente nas praias, às matas com diversas espécies mediterrânicas e aos matos rasteiros a riqueza das comunidades vegetais e de animais presentes é óbvia. Consciente desta realidade a Câmara Municipal de Almada realizou, nos últimos anos, vários estudos de caracterização da biodiversidade do concelho e inscreveu nas suas Opções do Plano para 2012 a Elaboração do Plano Local para a Biodiversidade. Esta será mais uma ferramenta de gestão e planeamento ambiental, a par da Estrutura Ecológica Municipal, que permitirá a proteção dos refúgios naturais e das espécies de fauna e flora existentes no território.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 23 de Fevereiro de 2012 delibera:

1º Saudar a Câmara Municipal de Almada enquanto entidade promotora da Elaboração do Plano Local para a Biodiversidade, desejando à CMA e ao seu parceiro neste projeto, a empresa BIO3, o maior sucesso na sua implementação e promoção. A bem do Concelho de Almada, mas também, da nossa casa, por todos partilhada, que é o Planeta Terra.”

6.3.1.2 - Moção/Saudação Madan Parque a 3ª melhor incubadora de base tecnológica do mundo

“No passado mês de Dezembro de 2011 a incubadora de empresas do Madan Parque de Ciência, situada no Campus da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, na Caparica ficou classificada em 3.º lugar, no Concurso Internacional *Best Science Based Incubator*.

A competição é organizada pela *The Tecnopolicy Network* e nela são eleitas as melhores instituições de empreendedorismo e inovação a nível mundial a partir de um estudo de mercado levado a cabo pelo *Centre for Strategy and Evaluation Services (CSES)*. A atribuição do prémio é baseada num estudo de mercado, sendo os resultados posteriormente avaliados por um júri internacional de peritos e cientistas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Distinguido entre incubadoras provenientes de mais de 30 países, o Madan Parque distinguiu-se no eixo “Crescimento”, com enfoque no elevado número de empresas incubadas em 2010 – que representaram cerca de 200 postos de trabalho qualificado, e no desempenho da taxa de sobrevivência destas mesmas empresas - superior a 90%.

O Madan Parque de Ciência iniciou a sua atividade no ano de 2000 por iniciativa dos seus associados: Câmara Municipal de Almada, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, a Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, a Uninova – Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias e a Câmara Municipal do Seixal que posteriormente integrou a estrutura.

Em 12 anos de atividade, o Madan Parque já incubou mais de 130 empresas como a YDreams, a Vortal ou a Fundação Vodafone. Além da incubação, o Madan Parque tem como objetivo promover a inovação e transferência de tecnologia gerada no saber académico através de projetos empresariais.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 23 de Fevereiro de 2012 delibera:

1º Saudar a Incubadora de Empresas Madan Parque Ciência pelo 3ª lugar obtido no Concurso Internacional *Best Science Based Incubator*.

2ª Saudar a Câmara Municipal de Almada enquanto entidade promotora do Madan Parque Ciência, bem como todos os parceiros envolvidos na sua implementação e promoção.”

6.3.1.3 - Moção/Deliberação 25º Aniversário da Morte de Zeca Afonso

“José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, Zeca Afonso como ficou conhecido por todos nós, morreu em Setúbal completam-se hoje precisamente 25 anos. Foi a 23 de Fevereiro de 1987 que uma doença incurável levou ao desaparecimento físico daquele que foi, e continua a ser seguramente, um dos referenciais mais importantes da música, da poesia e da cultura popular portuguesas de meados e finais do século XX.

Através das suas canções, feitas de poemas e notas musicais de uma tão profunda simplicidade quanto plenas de sentido e significado, mas também através do seu exemplo de vida enquanto professor e cidadão ativo e empenhado, permanentemente atento e interventivo, sempre rodeado de gente, tão frontal como polémico nos frequentes debates que promovia, irradiando constantemente um imenso e sincero calor humano, e para quem um amigo “*era maior que o pensamento*” – características humanas de Zeca recentemente recordadas em entrevista a um órgão de comunicação social pela sua filha Helena – Zeca Afonso deixou-nos um impressionante legado de luta, coragem e determinação na construção de um mundo melhor para todos os seres humanos, que permanece hoje tão atual quanto nos momentos mais duros da censura e da opressão da besta fascista contra a qual com as suas canções e com o exercício da sua cidadania se bateu de forma estoica e corajosa.

Zeca Afonso ficou indelevelmente ligado à luta contra a ditadura fascista desde os anos 50 do século passado, como indelevelmente ficou ligado ao Movimento dos Capitães que libertou Portugal do jugo da ditadura em 25 de Abril de 1974.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A sua “Grândola Vila Morena”, senha definitiva para o avanço da Revolução dos Cravos no início da madrugada do Dia da Liberdade, tornou-se talvez o símbolo mais conhecido da libertação do Povo Português, e representa na simplicidade da mensagem que transporta – carregada contudo de um significado e uma profundidade impressionantes –, o trilho de coerência que Zeca Afonso sempre percorreu ao longo da sua vida.

Recusando permanentemente caminhos fáceis, não cedendo jamais à acomodação e preferindo o caminho do combate firme e determinado ao fascismo, Zeca Afonso optou sempre pela denúncia frontal dos crimes praticados contra o Povo Português pelo regime fascista – como em 1972 quando canta pela primeira vez (na Galiza e no Festival Internacional da Canção do Rio de Janeiro) o tema “A Morte Saiu à Rua” dedicado ao pintor José Dias Coelho assassinado pela PIDE, dizendo na última estrofe do poema que

Aqui te afirmamos dente por dente assim

Que um dia rirá melhor quem rirá por fim

Na curva da estrada há covas feitas no chão

E em todas florirão rosas de uma nação

ou como no início dos anos sessenta quando grava pela primeira vez a canção “Os Vampiros”, através da qual denuncia com veemência a ganância dos poderosos que, ontem como hoje, pretendem tudo dominar e tudo arrecadar, lembrando também na sua última estrofe que

Se alguém se engana com seu ar sisudo

E lhes franqueia as portas à chegada

Eles comem tudo eles comem tudo

Eles comem tudo e não deixam nada

Eles comem tudo eles comem tudo

Eles comem tudo e não deixam nada

A sua coerência e a sua luta antifascista conduziu-o, como a tantos e tantos outros portugueses, à perseguição pura e dura da ditadura fascista. Foi compulsivamente afastado do ensino público em 1968, viu uma grande parte das suas canções proibidas pela censura vigente. Integra então a luta da Oposição Democrática, participando ativamente no III Congresso da Oposição Democrática realizado em Aveiro em Março de 1973, durante o qual canta pela primeira vez em público a canção “O Que Faz Falta”. Poucos dias antes do 25 de Abril de 1974, a 29 de Março desse mesmo ano, Zeca Afonso participa no Encontro da Canção realizado no Coliseu dos Recreios de Lisboa, no qual a censura apenas lhe permite cantar duas canções: “Milho Verde” e “Grândola Vila Morena”, aquela que viria a ser a senha dos Capitães de Abril apenas algumas semanas depois.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 23 e 24 de Fevereiro de 2012, delibera:

1. Prestar a mais sentida Homenagem ao Homem, Autor, Compositor e Cantor José Afonso no 25º Aniversário da sua morte, sublinhando vivamente a atualidade do exemplo que a sua obra e a sua vida



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

representam para a luta do Povo Português pela construção de um mundo mais Humano, mais Fraternal e mais Solidário pelo qual sempre lutou.

2. Associar-se às diversas iniciativas de homenagem que serão promovidas ao longo do ano de 2012 por diferentes associações e instituições em todo o país por ocasião do 25º Aniversário da morte do Poeta e Cantor, apelando aos Almadenses para que possam igualmente associar-se e participar nestas sessões de homenagem e memória.”

6.3.2 – O Sr. Deputado Municipal João Gerales:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

6.3.2.1 - Moção/Deliberação De apoio ao Manifesto dos Onze Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho

“As freguesias são a nível nacional a maior rede do sistema de descentralização democrática do Estado, a rede mais próxima das populações e a que melhor conhece os seus problemas, necessidades e aspirações, determinantes para o melhor prosseguimento de interesses próprios das populações respetivas.

O desenvolvimento do País, sempre e cada vez mais necessário, passou e passa também pela intervenção ativa e imprescindível dos eleitos de freguesia e o seu desaproveitamento é imperdoável.

As freguesias são o patamar base do edifício democrático-representativo, praticado como espaço e meio de aproximação da administração aos administrados, assim como e simultaneamente espaço e meio agregador e incentivador da participação e mobilização popular na resolução dos problemas e anseios comunitários.

Quando se considera importante o aproximar os eleitos dos eleitores, atente-se que nas freguesias os eleitos estão no meio dos eleitores.

Quando tanto se fala na frieza das relações de vizinhança, nos Homens sós no meio das multidões, das multidões solitárias, nos idosos sós, considere-se a capacidade das freguesias e seus eleitos em contribuir para tornar solidária as gentes, a multidão, que as habitam.

Para Portugal e para os Portugueses, nesta brutal crise em que se vive e, como o prova a experiência da ação das Freguesias do Concelho de Almada, é necessário consagrar a ampliação do papel das freguesias na administração pública e na sociedade portuguesa.

As freguesias em Almada têm sido espaço e meio de fortalecimento do exercício da democracia, de enraizamento na vida das populações e tem resolvido bem, com menos custos e mais benefícios, muitos problemas e necessidades para a qualidade de vida das suas comunidades.

É neste contexto que importa reconhecer a importância da “Tomada de Posição Conjunta” das 11 Juntas de Freguesia do Concelho – Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Caparica, Charneca de Caparica, Costa da Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda e Trafaria – subscrita pelos seus 11 Presidentes, em que se pronunciam sobre a Proposta de Lei da Reforma Administrativa e respetiva reorganização administrativa, proclamando que: “As consequências da aplicação da reforma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

administrativa, no Concelho de Almada, consistem num prejuízo grave e inestimável para a população local.

Proclamam também que “considerando que o trabalho levado a efeito pelas atuais onze Freguesias do Concelho de Almada se traduz numa mais-valia para as populações locais, que o atual mapa administrativo do Concelho se trata de uma organização recente cuja mais jovem criada freguesia conta apenas com 19 anos, considerando que as freguesias atualmente existentes no Concelho de Almada vieram dar resposta aos anseios, necessidades e expectativas das populações, pressupostos que ainda se mantêm, traduzindo-se numa mais eficaz resposta às suas necessidades, considerando que as freguesias têm vindo a aprofundar o seu trabalho de parceria e cooperação com o movimentos associativo, comunidade educativa, demais órgãos autárquicos e população em geral e que uma reorganização desta estrutura vem por em causa todo o trabalho desenvolvido e todos os objetivos alcançados, considerando ainda que as freguesias se têm vindo a dotar de mais recursos e meios bem como de património edificado como é exemplo a recém-inaugurada sede do poder central no Feijó.”

É assim que as onze Juntas de Freguesia do Concelho de Almada, reunidas em 10 de Fevereiro de 2012 entendem:

- “1) Que as freguesias têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local e no combate às assimetrias regionais;
- 2) Reprovar quaisquer iniciativas que prevejam a redução de qualquer uma das onze Freguesias do Concelho de Almada e defender que sejam tomadas iniciativas legislativas em defesa da dignificação e reforço do atual modelo do poder Local Democrático;
- 3) Que o atual mapa de organização administrativa do concelho de Almada corresponde às necessidades e expectativas das populações;
- 4) Manifestar a sua inteira solidariedade para com os trabalhadores das freguesias atingidos nos seus direitos, remunerações e estabilidade no emprego;
- 5) Apelar à população do Concelho de Almada para que se associe a esta tomada de posição na defesa dos seus superiores interesses e do desenvolvimento desta comunidade e desta terra,
- 6) Reafirmam ainda o seu total empenho na defesa de um poder local com provas dadas na promoção dos interesses populares, assegurando que intervirão ativamente para resistir e derrotar este projeto, reafirmando que, também pelo que agora se conhece neste domínio, a rejeição do programa de agressão e submissão constitui um imperativo nacional, na luta por um Portugal com futuro.”

Nestes termos e ao abrigo do disposto nas alíneas o) e q), artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Plenário no dia 23 de fevereiro de 2012 delibera:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 1) Solidarizar-se com os 11 Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Almada, apoiando a “Tomada de Posição Conjunta” das Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Caparica, Charneca de Caparica, Costa da Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda e Trafaria.
- 2) Proclamar que em Democracia o Soberano Pertence ao Povo, pelo que a reforma do poder local, designadamente a redução de Freguesias deve obedecer à vontade das suas respetivas populações.”

6.3.2.2 - Moção/Deliberação De subscrição do manifesto da Plataforma artigo 235

“Com a Revolução de Abril de 1974 os Portugueses conquistaram a Liberdade e foi instituído um Poder Local autónomo e democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa, que determina que as autarquias locais são parte integrante da organização democrática do Estado e definindo-as no seu artigo 235º como “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos visando a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

Foi precisamente este Poder Local Democrático e Autónomo consolidado em 1976 que nestes 35 anos do Portugal Livre e Democrático mais contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento local, regional e nacional, transformando positivamente a vida nas aldeias, vilas e cidades portuguesas.

É neste contexto de defesa do Poder Local consagrado constitucionalmente que deve ser considerada a iniciativa da Associação de Municípios da Região de Setúbal de lançamento da “Plataforma, artigo 235”, e de promover a subscrição pública do Manifesto “Defender e Valorizar o Poder Local Democrático” que pela sua importância se transcreve:

“Nascido com a Revolução de Abril e consagrado na sua Constituição, o Poder Local Democrático constitui o patamar da Administração Pública mais próximo dos cidadãos, sendo caracterizado pela existência de autarquias locais que integram organização democrática do Estado, dotadas de órgãos deliberativos e executivos, plurais e colegiais, representativos das populações, eleitos por sufrágio direto e universal, com atribuições, competências, património, finanças e quadro de pessoal próprios.

Este poder Local, autónomo e democrático, com capacidade criadora e concretizadora, demonstra ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento, para a elevação das condições de vida das populações, para a qualificação dos territórios, para a promoção da coesão social, económica e cultural, para o estímulo à participação popular e democrática na resolução dos problemas existentes.

Num momento em que, ao abrigo das políticas de austeridade e recessão e sob o pretexto da crise e de uma suposta necessidade de reforma da administração local, pretendem impor uma completa subversão do conceito, organização e funcionamento das autarquias locais, limitando a sua autonomia e desvirtuando o seu carácter profundamente democrático, os subscritores do Manifesto “Defender e Valorizar o Poder Local Democrático”:

1. *Exigem o respeito pela Constituição da República Portuguesa e pelo Poder Local Democrático nela consagrado;*



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. *Rejeitam todas as medidas que signifiquem o empobrecimento da democracia local, continuando a defender participação das populações na resolução dos problemas que lhes dizem respeito, na defesa dos serviços públicos e da elevação das condições de vida,*
3. *Rejeitam todas as medidas que coloquem em causa a autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, designadamente, exigindo uma justa e equitativa repartição dos recursos públicos, garantindo um Poder Local com recursos adequados ao cumprimento das suas atribuições e competências;*
4. *Rejeitam a imposição da extinção de autarquias locais;*
5. *Exigem a valorização e dignificação do emprego público autárquico, estável, seguro e justamente remunerado, para defesa dos serviços públicos autárquicos;*
6. *Reafirmam a necessidade de Defender e Valorizar o Poder Local Democrático como fator indispensável para que Portugal possa entrar no rumo do desenvolvimento, do combate às desigualdades e assimetrias, rompendo com austeridade e a recessão que aprofundam a crise em que nos encontramos.”*

Nestes termos e tendo em consideração as competências dos Órgãos Deliberativos Municipais inscritos na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, designadamente o seu artigo 53º, nº 1, alínea o) que determina “Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia”, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 23 de fevereiro de 2012, delibera:

1. Subscrever o Manifesto da “Plataforma artigo 235” promovido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal;
2. Manifestar a sua oposição a uma “reforma administrativa” que desrespeite a vontade das populações das respectivas freguesias ou município e dos seus legítimos e mais próximos representantes.”

6.3.3 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

6.3.3.1 – Moção/deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde

“A crescente ofensiva contra o SNS conhece um novo e perigoso patamar, que a não ser travado, terá graves consequências, quer ao nível da qualidade dos cuidados a prestar, quer ao nível do acesso dos utentes.

Os cortes no financiamento do SNS, as reduções brutais dos orçamentos dos hospitais públicos para níveis inoportáveis, as políticas laborais contra os profissionais de saúde, responsáveis pela transferência de muitos médicos especialistas para as unidades hospitalares das PPP, estão a asfixiar o funcionamento dos hospitais, como acontece já no HGO. Cada vez mais se degrada a capacidade de resposta do Hospital, com particular relevo nas consultas externas e de especialidades, das listas de espera para cirurgias e até das dificuldades crescentes nos internamentos, onde se pretende, de forma administrativa, a passagem de 17 altas/dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Igualmente é preocupante a acentuada redução da capacidade de resposta do serviço de urgência, com a ameaça de acabar com o Serviço de Urgência Polivalente, o que, a concretizar-se, implicará a transferência de doentes graves para Hospitais em Lisboa.

A transferência crescentes para os utentes dos custos com a saúde, pelos aumentos e criação de taxas moderadoras e dos cortes nos transportes de doentes não urgentes, são instrumentos para reduzir ao mínimo as obrigações Constitucionais do Estado no acesso aos cuidados de saúde de todos os portugueses.

O recuo na decisão de construir o Hospital no Seixal implica o aumento do já sobrecarregado HGO.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 23 de Fevereiro de 2012 delibera:

- Exigir ao Governo a suspensão de todas as medidas que põem em causa o SNS;
- Continuar a luta pela construção do Hospital no Seixal;
- Apelar às populações para, em conjuntos com os autarcas, comissões de utentes e ort's dos trabalhadores da saúde, desenvolverem todas as ações necessárias para defesa do SNS, designadamente, a manutenção e melhoria de todas as valências do Hospital Garcia Orta.”

6.3.3.2 – Moção/Deliberação Transportes Públicos ao serviço das populações

“Para dar cumprimento às medidas preconizadas pelo Governo e inseridas no PET, o presidente do Grupo Transtejo anunciou que, até finais de Fevereiro, haverá novos cortes nas ligações fluviais entre as duas margens do rio Tejo.

Este anúncio é feito quinze dias após mais um brutal aumento.

No que ao Concelho de Almada diz respeito, entre Cacilhas e Cais do Sodré nos dias úteis serão eliminadas quatro carreiras dia em cada sentido e 18 ao fim de semana.

Na ligação Trafaria/ Porto Brandão/ Belém serão cortadas duas ligações dia nos dias úteis, três ao sábado e três ao domingo.

Estas supressões de carreiras, a concretizarem-se, somam-se às outras que entretanto já aconteceram em Setembro último, contribuindo para aumentar o tempo das deslocações dos utentes, retirando-lhes tempo para a família e lazer.

Também as sistemáticas alterações de percursos e cortes nas carreiras dos TST, a falta de coordenação entre os vários operadores, os preços praticados pela Fertagus, que continua fora do sistema o passe social intermodal, tal como a MTS, estão entre as razões para a real falta de qualidade na oferta de transportes públicos no nosso concelho.

A pretensão em reduzir drasticamente a oferta de transportes públicos fora das chamadas horas de ponta é reveladora duma visão redutora do direito à mobilidade, já que impede o acesso a equipamentos sociais, de lazer e participação cívica.

Cortar mais carreiras da Transtejo é reduzir a oferta deste importante serviço público de transportes ao nível de serviço mínimos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada não pode alhear-se das consequências destas políticas para o quotidiano das populações do nosso concelho.

Por outro lado a ideia de encerrar a linha 2, Pragal/Corroios do MST, não deve ser concretizada. Transferir os utentes desta linha para a da Universidade /Cacilhas fazendo o transbordo para Corroios na Av. Bento Gonçalves, pode provocar, para além do mais, situações de insegurança e desconforto, levando à perda de utentes. Ao contrário, o que se torna necessário é trabalhar para que logo que possível se concretize a expansão do metro à Trafaria, Costa de Caparica e Charneca de Caparica.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em 23 de Fevereiro de 2012 decide pronunciar-se junto do Governo:

- Contra mais estes cortes nas carreiras da Transtejo;
- Contra as intenções de privatização das empresas públicas previstas no PET.”

6.3.4 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Lei de Revisão do Arrendamento Urbano/Lei dos Despejos

“No passado dia 16, o Governo apresentou ao Parlamento, a sua proposta de alteração da Lei do Arrendamento Urbano.

A Ministra Assunção Cristas deu voz a esta proposta que abre portas, para que muitos milhares de famílias, possam ser despejadas das casas onde vivem há muitas dezenas de anos.

Numa altura de agravamento social esta lei é mais um ataque violento contra os mais desfavorecidos.

A Ministra recorre ao facto de os representantes dos proprietários não estarem totalmente satisfeitos, para dizer que se trata de uma lei equilibrada, mas os representantes dos proprietários sempre vão dizendo que esta lei dá um passo na direção certa. Incompreensivelmente muito poucos senhorios recorreram ao NRAU para proceder a atualizações de rendas, fica-se com a ideia que a alguns só interessa a facilidade nos despejos.

Lei equilibrada? Numa altura em que se regista a maior taxa de desemprego no nosso País (771 mil desempregados 14%) e uma percentagem de 35% verdadeiramente assustadora do desemprego entre os jovens?

Quando os números do Banco de Portugal revelados ao Diário Económico, mostram que as famílias, com problemas graves de endividamento atinge 670.604 famílias e que a subida mais espetacular em 2011 foi o incumprimento do crédito à habitação, com mais 12.280 famílias quando em 2010 o aumento tinha sido pouco mais de duas mil.

Lei equilibrada? Quando é do conhecimento público que a situação de endividamento dos portugueses depois da Troika piorou, e o número de famílias que recorreu à DECO duplicou face a Janeiro do ano passado.

Razões como o desemprego, o não pagamento de horas extraordinárias ou comissões, os cortes salariais e os cortes dos subsídios são as grandes causas que estão a levar as famílias a não conseguir honrar os seus compromissos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Lei equilibrada? Quando muitos estão a entregar as suas casas aos bancos, e ao contrário do que seria de esperar, com o despejo e entrega das casas aos bancos não fica automaticamente liquidada a dívida. Milhares de famílias que perderam as suas casas por não conseguirem pagar, mesmo assim continuam a ter uma dívida ao banco, que faz uma reavaliação do imóvel que em regra é sempre inferior à que foi feita no momento da aquisição. Obrigando as pessoas a suportar uma dívida que corresponde à diferença entre o valor da casa à data de entrega e o crédito em dívida. Ou seja não é só a habitação que fica para os bancos é também a vida das pessoas.

É assim que neste momento e a pretexto de cumprir o acordo com a Troika, o Governo volta à fórmula do Governo de Santana Lopes (2004), mesmo que isso signifique que muitos milhares de pessoas possam ser despejadas e isto sem que os senhorios façam obras e sem que o Estado tenha meios para ajudar quem fica sem teto.

Atualmente os contratos de arrendamento das chamadas rendas antigas (Pré-Regime de Arrendamento Urbano RAU) representam segundo os Censos de 2011, apenas 33% dos arrendamentos e nos últimos 20 anos o número de famílias com este tipo de arrendamento tem vindo a decrescer de modo significativo.

Que preocupações sociais têm este Governo do PSD e do CDS, que entregou esta pasta Ministerial ao CDS, que durante as campanhas eleitorais não se cansou de dizer que se preocupavam muito com os velhinhos, e com os casais desempregados com crianças a cargo, entre outras declarações de intenções e quando lhes entregaram a cadeira do poder é o que se vê.

Esta proposta de Lei do Arrendamento Urbano, foi apresentada poucos dias depois das trabalhadoras e trabalhadores se terem manifestado no Terreiro do Paço, de forma inequívoca e expressiva. Foram 300 mil para manifestarem ao Governo a sua insatisfação. O Governo do PSD/CDS, ignora estes sinais e continua na senda do aprofundamento das desigualdades.

Veja-se o mecanismo do despejo na alteração da Lei agora apresentada.

O NRAU (Novo Regime de Arrendamento Urbano) Lei nº6/2006, de 26 de Fevereiro, previa que ninguém poderia ser despejado sem que houvesse uma decisão do Tribunal. No entanto e ao contrário da prática democrática de quem decide no caso de um diferendo entre duas pessoas deve ser o Tribunal, o Governo criou um Procedimento Extrajudicial que garante despejo em 3 meses.

No nosso País existem hoje mais de 700 mil fogos desocupados, há que agir fiscalmente, obrigando a que estes fogos entrem para o mercado de arrendamento e permitindo que mais pessoas possam arrendar a preços mais acessíveis. É fundamental criar uma bolsa de arrendamento que permita que as pessoas acedam a casas a preço controlado, estas medidas em conjunto com um Plano de Reabilitação Urbana que melhore as condições de vida das pessoas e fomente a criação de emprego, é o caminho alternativo para uma sociedade mais justa.

A Assembleia de Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 23 de Fevereiro de 2012, delibera:

1-Repudiar as alterações introduzidas por esta proposta de grande insensibilidade social.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2-Manifestar-se contra a criação do Balcão Nacional de Arrendamento, mantendo o recurso aos Tribunais como única via para a resolução de diferendos entre as partes.

3-Envidar todos os esforços para que em conjunto com Associações de Inquilinos, impedir que esta Lei seja concretizada.”

6.3.5 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

6.3.5.1 – Moção/Deliberação Plano Gerontológico do Concelho de Almada

“No contexto das Opções do Plano de Atividades para 2012, o Grupo Concelhio de Idosos apresentou o Plano Gerontológico do Concelho de Almada, que se afirma como documento estratégico para o período de 2012 – 2014 e que se propõe como objectivo geral “melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas”.

Apresentado no início do “Ano Europeu para o Envelhecimento Ativo”, o Plano Gerontológico constitui iniciativa pioneira no país.

Integrando a sua ação nas recomendações da Organização Mundial de Saúde, define como seus objectivos estratégicos “aprofundar o conhecimento da população sénior do concelho, promover a autonomia das pessoas em situação de dependência, prevenir situações de violência e maus tratos, promover o envelhecimento ativo e contribuir para a alteração da imagem da velhice e promover a qualidade na prestação de serviços”.

Na ausência de uma estratégia nacional para responder às questões do envelhecimento da população, é relevante o facto de se encontrarem criadas vontades e condições objectivas para a divulgação do Plano a realidades de características urbanas semelhantes.

O Grupo Concelhio de Idosos de Almada mantém uma atividade permanente desde 1981 e constitui referência a nível nacional na busca colectiva de soluções partilhadas, o que tem permitido equacionar os problemas na consideração global das necessidades, atraindo e favorecendo o desenvolvimento da atividade das cerca de duas dezenas de instituições locais na construção articulada das soluções.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 23 de Fevereiro de 2012:

Assinala a elevada qualidade da elaboração do Plano Gerontológico do Concelho de Almada e saúda calorosamente todas as instituições e pessoas envolvidas neste exemplar projeto e processo de cidadania ativa dos idosos.”

6.3.5.2 – Moção/deliberação Opções Participativas

“As opções do Plano de Atividades 2012 definem: “Dar continuidade ao projeto ‘Almada Palavra Aberta’, aprofundando e aperfeiçoando os mecanismos de participação, nomeadamente com o reforço da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, promovendo o envolvimento dos cidadãos, discutindo com as populações e obtendo os seus contributos sobre os diferentes projetos em curso para o Município e concretizando um novo ciclo das Opções Participativas”.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Neste âmbito, no p.p. 17 de Fevereiro, teve início o ciclo “Opções Participativas” que percorrerá todas as freguesias do Concelho até ao mês de Junho, com o objectivo fundamental de recolher contributos dos cidadãos para a elaboração das Opções do Plano (Câmara e SMAS) para 2013.

A participação direta das instituições e dos cidadãos tem assumido uma expressão profunda e constante desde o 25 de Abril, sendo parte constitutiva fundamental da construção do quotidiano dos almadenses, através das mais diversas formas de intervenção ao longo destas décadas de democracia. A Carta de Princípios da Participação dos Cidadãos constitui um compromisso de prosseguimento e aprofundamento desta relação entre a Autarquia e os cidadãos no desenvolvimento de processos construtores da vida do município, no contexto da democracia participativa, condição fundamental e insubstituível, não só de um modo de ser e de estar na vida e na ação política, mas também garantia de um efetivo contributo para a resolução dos problemas e melhoria das condições colectivas de vida e trabalho no Concelho de Almada.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 23 de Fevereiro de 2012:

1. Salaria a importância da continuidade e aprofundamento desta orientação e desta ação de convite, incentivo, estímulo e acolhimento à efetiva e ampla participação dos almadenses na identificação colectiva e participada das necessidades, assim como na concretização das respostas exigidas para a resolução dos problemas das populações.
2. Saúda todos os cidadãos e instituições que têm intervindo e continuarão a intervir nos Fóruns de Participação Pública, nas Opções Participativas e de outras e diversificadas formas, que constituem contributos imprescindíveis à edificação de um futuro melhor.”

6.3.6 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção: COSTA DA TRAFARIA: Ponto de Situação das Ações decorrentes do Estudo de Enquadramento Estratégico

O Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria constitui uma visão para o Território da Freguesia da Trafaria, processo participado pelas Populações, aprovado em sessão de Câmara no ano de 2005 e em Assembleia Municipal no ano subsequente.

Do presente estudo, resultou uma visão para o território apoiada em vinte e dois projetos âncora. Encontram-se a ser elaborados cinco planos de pormenor, cujos termos de referência a Câmara Municipal aprovou, três deles em 2006, para os territórios do Torrão, S. João da Caparica e Abas da Raposeira, e mais recentemente dois para os territórios da Raposeira e Corvina/Raposeira.

Desde 2006 que os referidos Planos se encontram em elaboração técnica, desconhecendo esta Assembleia da sua evolução, das medidas tomadas, das ações propostas e passos dados para a sua conclusão, sendo certo que a Câmara Municipal afirma que a reserva territorial da Trafaria para a expansão do Porto de Lisboa, consubstanciada na proposta do PROT AML, ora em revisão, inviabilizará in fine estes mesmos documentos estratégicos e os projetos âncora a estes associados, colocando assim em causa o desenvolvimento sustentado da Trafaria.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2012, delibera:

Solicitar à Câmara Municipal de Almada que envie, no prazo de 30 dias, informação concreta e concisa à Assembleia Municipal sobre:

- (i) Ponto de situação da elaboração dos cinco Planos de Pormenor;
- (ii) Estado de arte de cada um dos 22 “projetos âncora” considerados estruturantes para este Território?
- (iii) Relatórios da Atividade da Comissão Local de Acompanhamento.”

6.3.7 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção: Abertura e Pluralismo nos Órgãos de Comunicação Municipais

Ao longo dos últimos anos, por diversas vezes, foi levantada e discutida nesta Assembleia a questão da linha editorial dos órgãos de comunicação municipais.

Sendo órgãos de comunicação públicos não devem estar sujeitos aos princípios legais e constitucionais vigentes?

Não deverão refletir a pluralidade política dos eleitos autárquicos, garantindo a todos, de forma equilibrada, o direito de fazerem chegar aos munícipes as suas ações e posições políticas?

Em deliberação recente (Deliberação 3/PLU/2011, de 29 de Novembro de 2011), suscitada por uma exposição dos vereadores socialistas da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, o Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social tomou posição sobre o assunto, posição essa que tem suporte no Artigo 2º da Constituição, que qualifica a República Portuguesa como “um Estado de direito democrático baseado no pluralismo de expressão e organização política democráticas.”

Cita também a Diretiva ERC 1/2008, de 24 de Setembro de 2008, que no seu ponto 8. Dispõe que “tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo, encontram-se obrigadas a veicular a expressão das diferentes forças e sensibilidades políticas que integram os órgãos autárquicos”.

Mais adiante cita novamente a Diretiva referida, sublinhando que “as publicações periódicas autárquicas estão obrigadas ao cumprimento dos princípios gerais do direito, do regime constitucional de liberdade de expressão e demais direito a fundamentais” sendo que “perante referências constantes de quaisquer conteúdos divulgados em publicações periódicas autárquicas, é admitido o exercício dos direitos de resposta e de retificação”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 23 de Fevereiro de 2012 na Freguesia da Trafaria, delibera recomendar à Câmara Municipal que providencie no sentido de:

- a) Garantir uma equilibrada cobertura noticiosa de toda a atividade municipal nos órgãos de comunicação públicos autárquicos, nomeadamente no Boletim Municipal e no sítio electrónico da Câmara Municipal;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- b) Assegurar que ao nível do texto noticioso, assim como da imagem, designadamente fotográfica, a atividade e posições políticas dos eleitos da oposição cheguem ao conhecimento da população.
- c) Incluir na Informação da Atividade Municipal apresentada à Assembleia Municipal, a partir da próxima sessão ordinária, informação sobre a implementação do princípio do pluralismo informativo nos órgãos de comunicação autárquicos.”

6.3.8 – O Sr. Deputado Municipal José Gabriel:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção Alterações ao Regime Laboral da Função Pública

Os trabalhadores da Função Pública têm sofrido, nos últimos anos, um ataque aos seus direitos laborais, sociais e à sua dignidade. Com apogeu na perda da qualidade de funcionário público dos trabalhadores das funções sociais do Estado que degradou o regime da estabilidade dos seus vínculos laborais, a função pública portuguesa tem sido esbulhada da perspectiva de evolução na carreira e aos concursos de acesso a categoria superior, ao direito à reclassificação profissional, à carreira específica e ao respectivo conteúdo funcional delimitado, ao horário em jornada contínua para acompanhamento aos filhos menores de 12 anos, ao acervo de faltas justificadas e equiparadas a serviço efetivo por frequência de consultas médicas ou tratamento ambulatorio, entre outras, às faltas por doença sem perda de vencimento – exceção feita aos primeiros 30 dias -, à indisponibilidade e imprescritibilidade do direito a férias, às chamadas “férias frias”, e a muitos outros direitos, todos eles de significativa importância.

Como se não bastasse, o Governo e a maioria que o sustenta, decidiram em sede de diploma que aprova o Orçamento de Estado continuar a esbulhar os trabalhadores da Administração Pública de direitos significativos, como sendo o direito aos subsídios de férias e de natal, à remuneração condigna por trabalho extraordinário, que passa a ser pago com acréscimo de 25% na primeira hora – quando antes era pago pelo dobro desse valor – e de 37% nas horas subsequentes, quando anteriormente era pago com acréscimo de 75%.

Sendo que obrigação de trabalhar para além do período normal de trabalho constitui uma violência, quer para compensar e minorar os efeitos dessa agressão, quer para condicionar solicitações do empregador nesse sentido, foi instituído pagamento acrescido dessa prestação laboral. A maioria PSD/CDS vem agora dizer aos trabalhadores da Administração Pública que têm que trabalhar penosamente quase pelo valor em singelo correspondente à hora de trabalho normal. Como se não bastasse, a mesma maioria aprovou a supressão do descanso compensatório pelo trabalho extraordinário realizado, dizendo aos trabalhadores da Administração Pública: trabalhem mais, recebem menos, descansem menos.

A coberto da chamada “crise da dívida soberana”, que não é mais do que a crise das políticas dos últimos cerca de 30 anos de governação, pejados de políticas erradas, de desvalorização do aparelho produtivo, e, consecutivamente do emprego – em que os partidos da maioria têm muitas razões para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“esconder a cabeça na areia” e querer culpar os portugueses por pretensão de endividamento dizendo que estes “viveram acima das suas possibilidades” – o atual Governo massacra os trabalhadores e, neste particular, os da Administração Pública com mais sacrifícios, que é como quem diz, perda de direitos laborais, de condições de vida, ou seja, de direitos civilizacionais.

Como se não bastasse, o Governo anuncia um novo pacote de agressão à função pública, querendo impor o banco de horas, grupal e individual, sendo que só neste contemplará um acréscimo de 150 horas anuais. Mesmo compensadas num período de referência, esta medida é mais um passo atrás nos direitos civilizacionais, impedindo que os trabalhadores visados possam organizar a sua vida, fruir de bens culturais, de participação cívica ou sequer de ir buscar os seus filhos à escola ou acompanhá-los de todo na sua educação, nos seus estudos, ou seja, no simples direito – que para a maioria PSD/CDS parece de somenos importância – de serem pais.

Para corolário desta política de massacre aos trabalhadores da Administração Pública, anuncia-se a adoção de um regime de mobilidade geográfica que permite deslocá-los do Minho ao Algarve ou até para os serviços periféricos da Administração Central dos Açores e da Madeira.

No entanto, pese embora o Governo e a maioria PSD/CDS-PP esbulhem os trabalhadores da Administração Pública de mais direitos a coberto da dívida do Estado da qual são co-responsáveis, fazem inscrever nos 8.510,6 milhões de euros de despesas com aquisição de serviços no Orçamento de Estado, 1.436 milhões de despesas com várias rubricas como: estudos, pareceres, projetos, consultoria, assistência técnica, outros trabalhos especializados, publicidade, vigilância e segurança.

Esta evidência traduz, em desambiguação, duas conclusões: a primeira é que as funções em que se materializam tais rubricas orçamentais poderiam ser cumpridas por trabalhadores da Administração Pública; a segunda é que as medidas legislativas tomadas em violação de direitos destes trabalhadores não seriam necessárias caso cerca de metade do valor destas despesas não fosse contemplado do orçamento de estado para 2012.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 23 de Fevereiro de 2012, delibera:

1. Condenar a política de ataque aos direitos laborais e civilizacionais dos trabalhadores, e neste particular, dos trabalhadores da Administração Pública, mostrando-se contra o esbulho dos subsídios de férias e de natal, à redução do pagamento do trabalho extraordinário e do descanso compensatório, dos chamados “bancos de horas” e à mobilidade geográfica.
2. Apelar à Assembleia da República que tome uma iniciativa legislativa assegure o justo pagamento pelo trabalho suplementar ou extraordinário e respectivo descanso compensatório, o direito à atual jornada de trabalho diária e semanal, o direito a totalidade dos subsídios de férias e de natal para todos os trabalhadores da Administração Pública e que lhes garanta o direito a uma carreira com conteúdo funcional determinado, com condições de progressão, intercomunicabilidade e promoção, visando a sua valorização e a eficácia e eficiência dos serviços públicos.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3.9 – O Sr. Deputado Municipal António Maco:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Projeto de Recomendação

A percorrer um areal de cerca de 9 quilómetros de linha e a transportar passageiros desde os anos 60 do século que findou, o comboio que faz a ligação da Costa da Caparica até à Fonte da Telha, mais conhecido pelo *Transpraia*, é sem sombra de dúvida, um Ex-libris quer do concelho quer do país arriscando mesmo a considerá-lo internacionalmente conhecido tendo em conta o número elevado de turistas que o utilizam desde o início da sua atividade.

Com as recentes obras do chamado Programa Pólis para a Costa da Caparica, o *Transpraia* foi deslocado cerca de pouco mais de um quilómetro do centro da Costa da Caparica, situação essa, que tem vindo ao longo dos últimos quatro anos a causar diversos transtornos quer aos seus utilizadores quer à própria entidade que explora este serviço turístico e de lazer durante os meses estivais.

O difícil acesso longe do centro da cidade e dos transportes rodoviários veio resultar numa diminuição considerável de utilizadores colocando em risco a sua continuidade tal como a perda de postos de trabalho. Dos 300 mil de outrora, hoje resume-se a pouco menos de 100 mil. Estima-se que desde 2007 tenha tido uma diminuição de cerca de 65% de utilizadores, muitos deles turistas vindos das mais variadas zonas do país como do estrangeiro.

A Promoção do concelho de Almada com o que de mais atrativo oferece na sua paisagem, nos seus costumes e tradições e nas suas gentes, tem na Costa da Caparica uma pérola às portas de Lisboa como cartão de visita de um centro turístico que deve ser explorado e preservado tornando a cidade e o concelho uma escolha de excelência daqueles que encontram na Costa da Caparica o seu destino privilegiado.

Contudo, essa escolha só poderá ser feita se os mesmos tiverem ao seu dispor os meios e condições que sejam atrativas e que se distingam de outras opções.

Tendo em conta os factos acima descritos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 23 de Fevereiro de 2012, Recomenda à Câmara Municipal de Almada que tome todas as diligências e providencie todos os esforços para que, o mais breve possível, o comboio de praia mais conhecido por *Transpraia*, possa retornar ao seu local de origem, o centro da Costa da Caparica, minimizando o impacto negativo que adveio da sua deslocação e que o mesmo possa retomar o seu fluxo normal de passageiros e dos muitos turistas que todos pretendemos que façam da Costa da Caparica o seu destino de férias preferido.”

6.3.10 – A Sr.^a Deputada Municipal Odete Alexandre:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção: Mecanismo de Compensação para o Comércio Local de Cacilhas, decorrente do atraso das obras de requalificação/ pedonalização da Rua Cândido dos Reis

A Câmara Municipal de Almada aprovou em sessão de Câmara realizada em 15 de dezembro de 2010 a adjudicação da empreitada de requalificação/pedonalização da Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta proposta, presente ao executivo pelos Vereadores da CDU, obteve o voto favorável de todos os partidos.

A empreitada deveria ter um prazo de execução de 8 meses, contados a partir da data de consignação da obra, que ocorreu em 5 de Abril de 2011. Ou seja, a empreitada deveria estar concluída em início de Dezembro de 2011.

Através do Boletim Municipal, e ao longo de 2011, foram sendo dadas informações à população sobre os prazos de execução da obra, os quais se vieram todos a revelar errados.

Logo no Boletim de Janeiro de 2011, os “Destaques” anunciavam: *“A Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas, vai ser pedonalizada. As obras deverão arrancar ainda em janeiro”*. Nessa mesma publicação, usando de maior cautela, o texto que desenvolvia o destaque acabava por afirmar *“As obras de requalificação e pedonalização da Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas, vão avançar no primeiro trimestre de 2011”*.

Em março de 2011, no Boletim Municipal, o Vereador António Matos voltava a afirmar: *“Um destaque para a obra de pedonalização da Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas, que tem início ainda este mês”*.

Em Abril de 2011, finalmente, os responsáveis do executivo camarário informavam que as obras teriam início no mês de Abril de 2011, o que efetivamente veio a acontecer.

São públicos e conhecidos os factos que levaram ao atraso na obra, decorrentes das dificuldades da conjuntura económica que afetou o consórcio a quem estava adjudicada a obra. E é hoje igualmente público que a Câmara Municipal de Almada sabia que *“a partir do quarto mês [i.e., a partir de Agosto de 2011] começaram as dificuldades de execução da empreitada”*. E o que dizia o Boletim Municipal de Setembro de 2011 sobre esta matéria? Nada

E o mais grave é o facto de no Boletim Municipal de Outubro de 2011, e no Boletim Municipal de Janeiro de 2012, numa altura em que a Câmara já sabia dos atrasos imputáveis ao empreiteiro, a referência encontrada nesses mesmos Boletins Municipais é a de a obra estar a decorrer com toda a normalidade.

A informação transmitida aos cidadãos, ao longo de 2011, no órgão oficial do Município foi incorreta e gerou uma expectativa de normalidade, que a Câmara Municipal, e os seus responsáveis, sabiam que não era verdadeira e procuraram ocultar.

Sabemos hoje que a Câmara Municipal de Almada foi obrigada a rescindir o contrato de empreitada adjudicado em 15 de dezembro de 2010, e adjudicar a obra a outro empreiteiro. Sabemos hoje que, a obra de pedonalização e requalificação da Rua Cândido dos Reis apenas estará pronta, na melhor das hipóteses, no Verão de 2012.

E sabemos também que nunca foi negado ao executivo camarário o apoio de todas as forças políticas na resolução dos instrumentos de contratação pública para superar o fator imprevisto que levou à rescisão com o empreiteiro a quem foi inicialmente adjudicada a obra.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mas a leitura dos Boletins Municipais de 2011 não deixam margem para dúvidas do embuste com que foi apresentado aos cidadãos em geral o andamento da obra, falando-se sempre em normalidade, e nunca se admitindo atrasos ou dificuldades.

Aqui chegados, parece óbvio que a atividade comercial, já muito afetada com a crise atual, e tendo-se preparado para o normal incómodo que uma obra daquela natureza acarreta, se vê hoje numa situação de maior dificuldade, em grande parte motivada pela falsa expectativa criada por quem tinha a obrigação de transmitir a verdade.

Estando o problema da obra resolvido, para já, com a criação de todas as condições para que possa prosseguir – recorde-se que as propostas presentes à reunião pública de câmara de 25 de janeiro de 2012 foram aprovadas por unanimidade – importa resolver outro problema: o problema do comércio da Rua Cândido dos Reis, altamente afetado pelo atraso da obra.

Os responsáveis autárquicos têm hoje a obrigação de refletir nos erros do passado presente que levaram à falência do comércio no Centro de Almada e, com isso, evitar erros futuros da mesma natureza.

É por isso que, à semelhança do que fez na Câmara Municipal, o PS traz à Assembleia Municipal de Almada a necessidade imperiosa que existe em procurar um mecanismo municipal de compensação ao comércio local prejudicado com o atraso nas obras da Rua Cândido dos Reis, cuja expectativa que lhe foi criada por sucessivas informações incorretas da Câmara Municipal no Boletim Municipal os levou a planear a sua atividade com um pressuposto, que hoje se confirma errado, e do qual não são responsáveis.

Não basta, por isso, resolver o problema da obra – que já está tratado com a aprovação de todas as forças políticas – é preciso criar um mecanismo de compensação para o comércio local de Cacilhas, em particular para a restauração, sob pena de, uma vez terminada a obra da Rua Cândido dos Reis, termos uma rua falida.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2012, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação de um mecanismo de compensação para o comércio local de Cacilhas, decorrente do atraso nas obras de requalificação/ pedonalização da Rua Cândido dos Reis.
2. Informar a Assembleia Municipal, no prazo de 30 dias, das medidas que consubstanciam o mecanismo de compensação criado para o comércio local de Cacilhas.”

6.3.11 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A única coisa que eu gostaria de dizer à Assembleia Municipal vai no sentido de reforçar a Moção aqui apresentada pela CDU em homenagem ao Zeca Afonso. Portanto, faz hoje 25 anos que o Zeca Afonso desapareceu do nosso convívio. O Zeca Afonso, um nome, uma memória, um homem humilde, maior que o pensamento. Se há homenagens merecidas, esta é seguramente uma delas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Zeca Afonso dizia que fazia apenas canções, dizia que o resultado daquilo que eu, o Adriano e o Macedo e outros fazemos não se pode medir pela qualidade daquilo que se faz, mas pelo acréscimo e pelo dinamismo que isso provoca ou ajuda a provocar nas pessoas independentemente da qualidade daquilo que se canta. Trata-se de levar as pessoas a funcionar, a refletir, a partir daquilo que lhes é proporcionado pela música. Zeca Afonso dizia que procurava a inspiração para as suas canções no nosso povo, e a partir daí exultava as suas vivências, os seus sofrimentos e as suas aspirações. Foi assim durante a ditadura fascista ao denunciar vários crimes cometidos de que são exemplos os assassinatos de Catarina Eufémia em 1954 com Cantar Alentejano, e José Dias Coelho em 1961 com Morte saiu à rua. Foi preso pela PIDE e chegou a ser proibido de exercer a sua Profissão de Professor. Zeca Afonso encontrou sempre nos trabalhadores e nas suas lutas, nas colectividades e nos sectores mais esclarecidos o seu porto de abrigo. 25 anos depois honrar a sua memória é continuar a defender a nossa identidade cultural, a nossa língua, e continuar a cantar as canções que denunciem a destruição que o nosso País está a sofrer.”

6.3.12 – O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para dar a ideia de voto que o Bloco de Esquerda irá fazer relativamente às Moções apresentadas. Iremos votar favoravelmente todas as Moções. Colocávamos à consideração da Bancada da CDU no 13º documento a possibilidade de na parte deliberativa ser acrescentado algo como: “que não se concretize as intenções de encerrar a linha 2 Pragal – Corroios do MST na medida em que isto se encontra plasmado na parte dos considerandos mas não na parte deliberativa.

Relativamente à Moção do PS, sobre o mecanismo de compensação para o comércio local de Cacilhas, não obstante iremos votar a favor, temos aqui uma questão a colocar: no ponto 2, porquê o preciosismo se o é de facto dos 30 dias?

Este é um assunto sério que necessariamente irá exigir da Câmara Municipal alguma reflexão séria e uma ideia necessariamente criativa para a crise que aquela zona atravessa e que legitimamente o PS aqui trouxe. E portanto, a nossa única dúvida é o porquê do prazo dos 30 dias.

Só uma nota para reforçar a importância e a pertinência da noção trazida pelo Bloco de Esquerda, eu gostava que todos tivessem a nossa que estamos a falar, quando falamos do arrendamento em Almada e quando falamos da atualização das rendas congeladas, estamos a falar de mais de oito mil contratos no nosso Município.

Oito mil contratos, oito mil famílias que com a Lei de arrendamento que provavelmente irá ser aprovada tal como se encontra, irá colocar numa situação extremamente difícil milhares de almadenses.”

6.3.13 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra apenas para lhe solicitar que nos termos regimentais não precisa de ser imediatamente agora, mas logo que seja possível neste ponto da ordem de trabalhos, haja uma interrupção antes da votação.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3.14 – O Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queríamos também dar o nosso sentido de voto. Nós iremos votar os dois primeiros documentos favoravelmente, ou melhor os três primeiros documentos favoravelmente. Relativamente às Moções aqui apresentadas, nomeadamente o Manifesto sobre as Juntas de Freguesia do Concelho e a outra a seguir também, à semelhança do que fizemos na Sessão anterior, nós queríamos aqui lançar o repto e para isso iremos apresentar à Mesa um Requerimento para que sobre este tema da Reforma do Poder Local seja convocada uma Sessão Extraordinária. Este Requerimento está à disposição e a disponibilidade de todos os Srs. Deputados Municipais que o queiram subscrever. Entendemos que este é um assunto que deve ser discutido em profundidade por todos nós, e não com alguns chavões mais ou menos emocionais, ou menos reais, portanto merece-nos e temos a total disponibilidade para discutir este assunto com toda a profundidade. Relativamente aos outros documentos da CDU e sobre o arrendamento do Bloco de Esquerda iremos votar contra e todos os outros documentos apresentados pelo Partido Socialista votaremos favoravelmente, também não votaremos favoravelmente a Moção da CDU sobre os “Transportes Públicos” e sobre a alteração a “Regime Laboral da Função Pública”.”

6.3.15 – A Sr.^a Vereadora Amélia Pardal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre a Moção apresentada pelo Partido Socialista sobre a criação de um mecanismo compensatório relativamente à questão das obras na Rua Cândido dos Reis. Relativamente aos pressupostos colocados na Moção, vale a pena, até porque isto é um assunto sério e sobre o qual temos falado aqui muitas vezes, falarmos verdade todos. E ao contrário do que se tem dito fora e dentro desta sala, relativamente a este processo, este processo tem sido claro, limpo e tem sido feito numa relação estreita com as pessoas que trabalham e vivem na rua. E portanto, daria alguns dados que acho que são suficientes para mostrar como o processo decorreu, como tem decorrido e a forma como quer eleitos, quer técnicos têm acompanhado regularmente, diariamente o processo Rua Cândido dos Reis. O processo é um processo delicado, sempre o foi, é uma rua com determinadas características, uma rua estreita com muito movimento, com muito comércio, com muitas pessoas idosas, com muitas cargas e descargas, com muitos problemas de estacionamento. E portanto, sabíamos que íamos para uma obra delicada e por isso também foi uma obra muitíssimo planeada. Dizer que antes da obra foram auscultadas as populações relativamente ao próprio projeto. Antes já no anterior mandato, também neste mandato. Depois da obra ou antes da obra começar, houve também ainda uma primeira reunião com moradores e comerciantes. Dizer para precisar as datas. A obra foi adjudicada numa reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2010 e não teve início quando previsto porque a Câmara Municipal, neste caso nós tomamos a decisão de não avançar com esta obra sem o visto do Tribunal de Contas, ao contrário de outras, porque esta obra se começasse e tivesse que ser interrompida causaria obviamente muitos problemas a quem ali vive e quem ali trabalha. E por isso a obra não avançou. E não avançou porque o visto do Tribunal de Contas chegou a 23 de março de 2011. E a 5 de abril de 2011 a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

obra estava consignada e tinha o seu início. Houve uma primeira reunião a 10 de março de 2011 com comerciantes e moradores em que foram colocadas todas as questões relativas ao funcionamento da obra, ao decorrer da obra, à organização de cargas e descargas, à entrada e saída das viaturas, aos sítios onde as pessoas podiam estacionar, foram distribuídos cartões de estacionamento, isto foi acompanhado por mim, pelo Vereador Rui Jorge, por técnicos municipais, das obras, do desenvolvimento económico e ainda por uma técnica a Teresa Catalino que tem estado e continua a estar diariamente no Centro de Turismo em Cacilhas. Portanto, basta estar nas reuniões de comerciantes e moradores também para perceber como isto tem sido importante para as pessoas. Diariamente esta nossa técnica tem respondido a questões, questões maiores, questões menores, relativamente a problemas da rua. Isto não significa que os problemas não existam, nós sabemos que eles existem, que tem havido problemas. Agora, nós temos tentado responder e resolver da maneira possível um quadro de obra desta natureza. O processo da obra continuou e nós em 22 de agosto voltámos a reunir com comerciantes e moradores. E voltámos a reunir para dar nota do processo de desenvolvimento da obra. E ainda não havia qualquer ideia de que a obra se fosse atrasar ou de que a obra não ia acontecer. E portanto, aquilo que estava a acontecer com a obra, acontece com muitas obras. Podia não estar a corresponder exatamente aos trabalhos porque, dizer-vos que nós acompanhamos semanalmente o desenvolvimento dos trabalhos e o auto das obras. Eu própria, não foram só os técnicos, até pela delicadeza da obra não estamos a falar de uma obra qualquer. Voltamos a 23 de novembro a reunir com comerciantes e moradores, mas entretanto em outubro tivemos a certeza que a obra não ia acabar em dezembro, iria acabar em janeiro e isso foi informado às pessoas, foram informados os residentes e foram informados os próprios comerciantes, explicando que a situação era de atraso, que havia problemas e que eles próprios viam, não foi nada que nós ficássemos escondidos no Gabinete e não dizendo às pessoas. Todos os dias as pessoas percebiam que iam menos pessoas à obra, nós também, que havia ferramentas nas obras e máquinas que eram retiradas e vinham outras. Portanto, era uma coisa evidente sobre a qual fomos conversando. Não tínhamos qualquer condição, como não tivemos até janeiro de dizer esta obra vai parar. Portanto, quando fomos no dia 23 de novembro aos comerciantes e moradores fomos-lhes dizer “nós pensamos que esta obra pode parar”. E pensamos porque nós não tínhamos qualquer condição de lhes dizer esta obra vai parar, porque e já direi quando, em janeiro poucos dias antes da deliberação de Câmara, foi o momento em que a empresa assumiu por escrito que não teria condições de continuar a obra. Portanto, a Câmara durante vários dias já sabia, já tinha percebido, e falou informalmente com as pessoas que a obra não ia avançar já em janeiro. Mas até ao momento em que esteja um homem e uma máquina no terreno, a Câmara não pode formalmente dizer, a obra parou, e não pode sequer acionar os mecanismos legais que tem ou tomar as medidas que veio a tomar depois. E portanto dizer que foi realmente na semana, na segunda-feira, antes da primeira reunião de Câmara não pública e depois na reunião pública na semana seguinte que na segunda-feira anterior foi por escrito que veio então da parte da empresa, por escrito assumir que não conseguia acabar a obra, que teria que abandonar a obra e que se avançaria



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para a rescisão contratual. Portanto, foi assim que se chegou aqui, foi assim que encontramos com os técnicos uma solução, a melhor solução no meio destas dificuldades todas, que levámos a reunião de Câmara e que efetivamente foi aprovado por todos os Vereadores. Porque efetivamente também não era fácil e não foi fácil chegar a esta solução, porque se a empresa não estivesse de acordo com um conjunto de pressupostos nós não podíamos avançar, porque estamos a falar de uma empreitada com determinadas características e com determinado valor, portanto exigir que todos tivéssemos de acordo em sintonia e tudo de uma forma clara e transparente fosse feita. E assim foi. Dizer-vos que para além disto, e para além de haver o contacto regular com os comerciantes foram distribuídas quatro folhas informativas ao longo deste processo e vinte e oito avisos de questões pontuais. Portanto, nós consideramos que este processo tem sido acompanhado de forma exemplar, não seria possível eu já disse isto quer na reunião de Câmara, quer que penso aqui numa outra Assembleia Municipal, não seria possível se nós tivéssemos a decorrer cinco ou seis obras desta natureza, não era possível haver Vereadores e técnicos que acompanhassem da forma como têm acompanhado esta obra, naturalmente pelas questões todas que têm sido colocadas, pela sua delicadeza, não só pelos comerciantes e pelas questões económicas que estão em jogo, mas também pelas pessoas que alí vivem que têm uma expressão muito significativa, as pessoas idosas com dificuldades de deslocação na rua. Dizer então que a última reunião que tivemos que foi com os residentes exatamente na noite em que a Câmara aprovou à tarde a nova contratação, tivemos uma reunião com os residentes e tivemos no dia seguinte à tarde uma reunião com os comerciantes. Os comerciantes tiveram oportunidade de nos colocar todas as questões e dificuldades que tinham, nós tivemos toda a oportunidade de lhes dizer quais eram as questões que estavam em cima da mesa, as questões do processo de obra, o esforço que iríamos fazer com a empresa para a obra decorrer num prazo possível no sentido de no Verão de facto haver condições de a rua voltar a ter vida e a ter a possibilidade de comemorar já as festas da cidade e ter um programa de Verão, etc., etc., esteve connosco o Sr. Presidente de Junta sempre, esteve connosco também a Delegação de Almada da Associação de Comerciantes. E portanto, foram colocadas um conjunto de dificuldades e problemas que nós conhecemos, provavelmente muito melhor do que qualquer um dos, sem menosprezo obviamente pelo conhecimento que têm, do que qualquer um dos que aqui está. Porque conhecemos de facto realmente, conhecemos até situações que estão em risco de falência e também conhecemos situações que têm fechado por outras razões que conhecemos, restaurante a restaurante, casa a casa (não diga que não, que eu digo-lhe que sim, peço desculpa mas eu digo-lhe que sim. Pode estar de acordo ou não mas eu digo-lhe que conheço, com certeza e tenho o direito de lhe dizer o que estou a dizer porque sei que é verdade). E portanto sabemos exatamente o que se passa casa a casa. E portanto na última reunião que tivemos com os comerciantes ficámos disponíveis para continuar este diálogo, para perceber o que é que se está a passar, como é que se está a passar e como é que vamos em conjunto encontrar soluções para estes problemas que estão em cima da mesa. Portanto, dizer-vos também que na próxima semana assim que se saiba o dia de início da obra que se prevê que seja dia 12, pode ser antecipado, mas prevê-se que seja dia 12, antes disso



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

haverá uma reunião de novo com os residentes para dar informações relativamente ao processo da obra e ao funcionamento da rua, e haverá uma reunião também com os comerciantes nesse sentido e no sentido também de voltarmos a debater estas questões. Portanto, pensamos que não fará sentido neste momento e é do nosso ponto de vista demagógico e pouco sério que se venha colocar desta maneira, desta forma e fazendo afirmações que não correspondem à verdade e não tenho tempo para me deter aqui, mas também o Boletim não diz rigorosamente e da forma como vem colocado no vosso documento, portanto parece que o assunto é demasiado sério para não ser tratado de forma séria e para se pôr em causa a forma como a Câmara Municipal, os seus eleitos e técnicos têm acompanhado este processo.”

6.3.16 – A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria contestar em absoluto esta ideia de embuste da Câmara relativamente àquilo que foi publicado no Boletim Municipal, a única questão que há de verdade naquilo que é dito é que no Boletim Municipal de janeiro, neste destaque, nestas três linhas, diz-se aqui que a obras deverão arrancar em janeiro. Mas, no Boletim Municipal há um artigo com esta dimensão onde se diz que as obras vão avançar no primeiro trimestre de 2011. E isto aconteceu porquê? Porque quando se faz um contrato para uma empreitada na nossa Câmara, nós avançamos imediatamente para a obra. Nesta situação concreta nós entendemos que dada a delicadeza da obra só deveríamos avançar para a obra com o visto do Tribunal de Contas. E quem fez a notícia também tinha escrito aqui que a obra avançava em janeiro, mas foi corrigida e portanto no corpo principal da notícia está cá que será no primeiro trimestre. Nada mais é verdade. Aquilo que se diz relativamente ao destaque do Vereador Matos, o que o Vereador Matos aqui diz, refere-se à ARU – Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas com destaque para a reabilitação do edificado, também para além de outras áreas na Cândido dos Reis. Dizer também que no próprio destaque de abril se faz referência aí sim à pedonalização na Cândido dos Reis que tem início ainda este mês em abril. Portanto, é bom que ao ler o Boletim eu tenho aqui todos, e tive o cuidado de ir ler todos os artigos relacionados com esta obra e a única questão que aparece com esta diferença é em janeiro que no destaque fica isto, mas no artigo principal da obra, isto não enganou ninguém porque toda a população, naturalmente não é o destaque que é importante para a população, o que é importante para a população é o artigo que está e que dá todo o detalhe relativamente à obra. Portanto, a Sr.^a Vereadora está a reunir desde o primeiro momento com as pessoas, estamos a trabalhar de uma forma muito séria com todas as pessoas que naturalmente têm as suas atividades, o que eu lamento é que quem está de acordo com a troika, quem está de acordo que o IVA na restauração, porque a troika assim o impõe, passe para uma brutalidade de aumento, tenha tanta pena dos comerciantes, nós temos pena deles e vamos trabalhar com eles. E continuamos a trabalhar com eles e não deixaremos de continuar com os assuntos que temos em cima da mesa, a ponderar e a encontrar com os comerciantes da Cândido dos Reis, tal como consideramos com todas as outras entidades e pessoas os problemas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Gostava também de deixar aqui nota relativamente à história da Costa da Trafaria.

Eu queria dizer aos Srs. Deputados que a Câmara Municipal afirma que a Reserva Territorial da Trafaria inviabilizará os documentos estratégicos e pondo em causa o desenvolvimento sustentável da Trafaria. Não é a Câmara, os Srs. Deputados Municipais, em decisões da Assembleia Municipal e eu tenho-as comigo, dizem isso mesmo, afirmam isso mesmo, está escrito. A Assembleia Municipal aprovou variadíssimos documentos em que diz isso mesmo e bem. Penso que há exceção de um único Partido, estes documentos foram aprovados por unanimidade onde se diz que não se aceita o terminal de contentores na Trafaria, os transportes de mercadorias na Trafaria e que o PROT da AML a contemplar se for aprovado tal como está, a contemplar esta solução inviabiliza o modelo de desenvolvimento não só para a Trafaria mas para o Concelho de Almada no que diz respeito ao turismo.

Gostava de dizer que existe um documento aprovado aqui na Trafaria, que foi enviado ao Primeiro Ministro José Sócrates e também dizer ao próprio Primeiro Ministro que foram enviadas várias cartas apelando para que em sede de ratificação do PROT da AML, da revisão, esta questão não fosse considerada. Não fosse considerado o espaço canal para as mercadorias, não fosse considerado a expansão portuária do Porto de Lisboa para a Trafaria. E já agora, queria dizer também aos Srs. Deputados Municipais que já antes, logo a seguir ao Plano Estratégico a própria Assembleia Municipal aprovou relativamente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa que era inaceitável porque punha em causa aquilo que está definido para o desenvolvimento da Trafaria, nomeadamente o que estava contemplado o Estudo Estratégico Costa da Trafaria e no Programa Polis na Costa da Caparica.

Gostava também de dizer que recentemente por ocasião de uma consulta pública relativamente ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, o que é espantoso, este Plano de Gestão não traz Almada Nascente Cidade da Água, não falo da recarga de areias na Costa da Caparica, mas fala do Terminal do Porto, da expansão da APL para a Trafaria. Nós não andamos distraídos, lemos todos os documentos e analisamo-los e tomamos posição. E a Câmara Municipal, no dia 15 de fevereiro de 2012, aprovou exatamente um parecer técnico na fase da consulta pública sobre este Plano e reiterou a posição assumida pelos órgãos do Município e Freguesias de rejeição da perspectiva futura de construção de um terminal de contentores na Trafaria, por tal penalizar o desenvolvimento harmonioso da Freguesia da Trafaria e do potencial turístico do Concelho de Almada. Incluindo também uma exigência no que diz respeito à alimentação artificial de areias nas praias da Costa da Caparica e São João, iniciado em 2007 e ainda não concluído, a intervenção necessária à defesa destes territórios costeiros a par da consolidação do cordão dunar. Eu estranho esta proposta, e estranho porque de facto se há alguém que tem responsabilidades relativamente ao bloqueio dos Planos de Pormenor para a Trafaria, é o Partido Socialista. O Partido Socialista que através do Sr. Ministro dos Transportes e do Secretário de Estado dos Transportes deu indicação à equipa do PROT para que considerasse a expansão portuária na Trafaria, APL na Trafaria e também o corredor para as mercadorias. E de facto isso travou os Planos de Pormenor e mais, enquanto não houver uma clarificação relativamente à



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

revisão do PROT que este Governo ainda não apreciou e sobre o qual ainda não tomou decisão nenhuma, continuamos com naturalmente o machado sobre o pescoço. Continuamos. A Trafaria, a Costa, o Concelho de Almada. Ou seja, o desenvolvimento turístico do corredor Trafaria/Costa da Caparica continua a estar com uma enorme interrogação e ser uma enorme preocupação para todos nós. A própria Parque Expo, todos sabemos que a empresa está a fazer estes Planos, e que foi declarada a sua extinção. Portanto, vamos lá perceber bem as coisas porque me parece que é uma questão absolutamente fundamental. Só deixava uma nota relativamente à proposta do CDS-PP. Claro que o CDS acha que o tempo deve voltar para trás e portanto vota contra a Moção da CDU apresentada na Assembleia Municipal ultima em que à exceção do CDS todos os Partidos aprovaram a continuidade do Polis da Costa da Caparica, a exigência ao Governo no sentido de levar por diante este desígnio Municipal, e naturalmente agora vem aqui querer que os carris voltem para trás. O que é importante neste processo do Polis da Costa da Caparica, é que a Sr.^a Ministra do Mar, do Ambiente, do Ordenamento do Território marque a Assembleia Geral da Sociedade CostaPolis para que o Conselho de Administração possa ser eleito, para que a Sociedade CostaPolis retome o seu trabalho que já está suspenso há cerca de um ano e para que o Plano de Desenvolvimento Estratégico que tem os Planos por onde este comboio de praia passa aprovado, vão por diante e que o metro à Costa da Caparica que é só estender carril, porque as composições são suficientes para pôr a funcionar o metro até à Costa seja concretizado, articulando com o comboio de praia. Portanto, isto que aqui está é muito lindo, mas faz-me lembrar a cantiga do “Ó Tempo volta para Trás”.”

6.3.17 – A Sr.^a Deputada Municipal Patrícia Rocha:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria aqui dar nota do sentido de voto da Moção/Deliberação apresentada pelo Grupo Parlamentar da CDU de Apoio ao manifesto dos onze Presidentes de Junta do Concelho de Almada, quero marcar aqui a nossa posição e o nosso sentido de voto positivo, é favorável, no entanto é apenas pontual dado o contexto em que nos inserimos. Quero aqui marcar novamente o contexto do Concelho de Almada. E volto a afirmar que é pontual porque nós somos a favor da Lei da Reforma Administrativa e da respectiva reorganização.”

6.3.18 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes de mais, em relação ao Transpraia só deixar aqui uma informação que para nós é muito importante, no passado dia 26 de setembro de 2011, foi feita uma carta conjunta com a gerência da Transpraia, transportes Recreativos da Praia do Sol e a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Isto na sequência do projeto de recomendação do CDS-PP, com o qual concordamos inteiramente, infelizmente temos uma visão diferente da Sr.^a Presidente, que o tempo volta para trás, não sei a que é que a Sr.^a Presidente se estava a referir, mas provavelmente lá saberia. De qualquer forma só dizer o seguinte, a Costa e a Junta e o PSD estão realmente preocupados com este assunto e esta carta que foi feita é uma carta muito simples em que reitera a necessidade da viabilidade da exploração desta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

linha, são cinco, seis pontos, mas basicamente que defende é que a linha seja estendida para que o serviço seja viável e para que se possa levar ainda mais gente do Centro da Costa. E o metro não tem a ver com o Transpraia, porque eu sei o que é que a Sr.^a Presidente vai dizer, tem o interface, mas todos sabemos que ao longo de uma linha de comboio, seja ele um comboio do género do Transpraia ou um comboio pesado, pode haver até vários interfaces, ninguém morre por isso. E fazendo um interface no sítio onde se quer fazer, se a linha for prolongada até ao sítio original ninguém fica prejudicado por isso. A não ser se calhar as ervas que neste momento crescem em cima da duna, porque de resto ninguém fica prejudicado. Pelo contrário ficam favorecidos porque as pessoas que andam a pé e a usufruir da zona do Polis que já está requalificada, podem apanhar o comboio logo no Centro da Costa sem terem que ir ao fundo e então fazerem aquele percurso que é bem agradável até à praia da Fonte da Telha. E em relação a este assunto não queria dizer mais nada.

Em relação a outro assunto que foi aqui debatido e trazido aqui pelo Partido Socialista em relação à pedonalização da Rua Cândido dos Reis, é curioso por um motivo, sem entrar em especulações sobre quem disse o quê e quando e o Boletim Municipal, como nós sabemos o Boletim Municipal é o órgão de propaganda que é, houve aqui hoje uma Moção sobre esse assunto, é pena que a CDU não tenha a mesma atitude aqui que pede e exige nos Concelhos em que é oposição, mas é curioso, façam o que eu vos digo, não façam o que eu faço. De qualquer forma só dizer o seguinte, nós no PSD percebemos o nervosismo da Sr.^a Vereadora, já há algum tempo que este assunto tem sido complicado, e o seu nervosismo tem a ver com o facto desta empreitada e de esta obra que está a seu cargo não ter corrido nada bem até agora, isto inclusive é lesivo para as suas obviamente expectativas, é verdade, e é verdade também que a empreitada da Cândido dos Reis começou mal, continua mal e vamos lá ver como é que vai acabar. E vai acabar provavelmente como acabou no Centro de Almada, eu espero é que os carros não passem por cima, o pavimento pelos vistos vai ficar bonito. Mas se for como a zona pedonal de Almada, então vamos ter uma estrada bonita, vamos ter uma estrada com ladrilhos bonitos que é isso que vai ser. A não ser que então tenhamos uma zona pedonal a sério. E aí sim senhora, nós estamos totalmente a favor de uma zona pedonal a sério. Mas não basta só dizer que vamos preocupados e que falamos com os comerciantes, nós também sabemos como é que se fala com os comerciantes e o que é que se diz. Inclusive da gestão que é feita no terreno da própria obra. E eu vou só dar este exemplo, quando as obras interromperam na Cândido dos Reis, decidiram delimitar o local da obra e bem, até para as pessoas não entrarem para aquele local porque havia buracos ainda abertos, havia tampas de esgoto que estavam mal colocadas, etc.. E houve alguém da Câmara que teve a belíssima ideia de pôr um portão de ferro no início da rua, a delimitar a zona da obra. Claro que aquele portão de ferro esteve lá minutos, porque os comerciantes começaram obviamente a insurgir-se contra aquilo, porque aquilo parecia uma quinta, parecia o portão de uma quinta da obra, e isto é verdade Sr.^a Vereadora, porque não basta virmos aqui dizer as coisas e depois quem anda no terreno conhece o terreno, vê o que é que se passa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Segundo, nós no PSD tivemos desde o início uma posição e vamos continuar a tê-la, que é, falta uma zona de passagem pedonal desde a zona pedonal para o Morro de Cacilhas para o estacionamento, para que as pessoas possam não ter que estacionar ou na ponta de Cacilhas na parte Norte na zona da Rua António Feio, que não existe lugares, não existem lugares suficientes, e depois só temos o Largo de Cacilhas. Mas é curioso, nós queremos pedonalizar uma rua, é esta a ideia da Câmara, vamos pedonalizar a rua sim senhora. E no futuro está bem que este planos de futuro da Câmara também sabemos como são e os Planos de Pormenor da Câmara. Mas vamos imaginar que um dia, e isto vai acontecer, o Morro de Cacilhas deixa de ter estacionamento ou deixa de ter aquele estacionamento porque avança o projeto de urbanização do Morro, como já foi falado e apresentado pelo arquiteto. Inclusive com a destruição do Moinho que foi dito na altura. E foi dito ao Sr. Presidente porque nós estávamos lá e assistimos. Que depois tenham vindo dizer que o arquiteto não queria dizer aquilo mas ele disse-o. Desaparece esse estacionamento, ou então é criado um estacionamento subterrâneo que não é suficiente. Entretanto como há transferência da antiga propriedade da antiga Parry & Son que hoje é um estacionamento, deixa de sê-lo, passa para a posse da Câmara e a Câmara tem uma ideia e boa, de transformar aquilo num jardim urbano, e bem, mas o estacionamento desaparece. E o antigo parque de estacionamento da Misericórdia é pequeno para a finalidade que tem, onde é que as pessoas vão parar o carro depois para ir à rua pedonal de Cacilhas? Onde? Se nem uma zona pedonal de acesso à zona pedonal existe. Nós só temos é pena de uma situação, é que quem vai sofrer com isto vão ser os cacilhense. E pior ainda, eu só tenho pena é que nós não tenhamos dito esta ideia a alguém da CDU, para alguém da CDU dar esta ideia à Câmara, e aí sim seria uma excelente ideia e hoje estaria em funcionamento ou provavelmente em obra. Mas como não foi ideia da CDU, não vai avançar. E nós cá estaremos para ver no futuro o que esta zona pedonal vai dar. E Deus queira que o PSD esteja enganado, porque se estivermos aqui vimos dizer que estivemos enganados. O problema é que nós já temos o exemplo da zona pedonal de Almada, que já agora continua aquela Avenida fantástica pedonalizada, e é isto que a Câmara de Almada nos impõe.”

6.3.19 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.^a Presidente da Câmara, quando falou de “Ó tempo volta para trás” deve ter andado distraída e não lê as Moções da CDU apresentadas nesta Assembleia. Mas leia que vê que há outra gente interessada em que o tempo volte para trás. Eu não resisto aqui em fazer comentários sobre algumas das Moções, embora aquela porque vá começar me pareça de pouco relevo para o Concelho. Mas o texto é tão confuso, tão ambíguo, com tanta falta de rigor, que merece ser comentado, que é a primeira Moção apresentada em relação á Biodiversidade. Porque agora parece que a realidade tem uma coisa muito boa que faz cair os mitos. E portanto caído que está o mito do aquecimento global antropogénico, os burocratas das Nações Unidas criaram agora outro jargão da biodiversidade. Mas com a mesma falta de rigor, com a mesma propaganda, com o mesmo estilo panfletário que este documento também mostra, porque aqui não está nada efetivamente. Não está ciência, não estão factos, nem sequer



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

opiniões. O que se adivinha é que nas Nações Unidas seja criado um novo órgão ao estilo do IPCC, cheio de ativistas, cheio de burocratas da globalização a querer impor regras autoritárias aos países ocidentais e que aumente este poder da ONU que alguns sonho de Governo global terminado que está o folclore das alterações climáticas começa o da biodiversidade. Mas não deixa de ser uma ironia que seja a CDU a apresentar esta Moção, porque é fácil falar de biodiversidade assim em abstrato, é fácil de falar em proteção ambiental em abstrato e depois na prática promover-se a destruição do património natural, promover-se a destruição da paisagem, entregando-se o Concelho de Almada como também temos visto ao betão e à especulação imobiliária. E enquanto nos entretêm a falar de biodiversidade, os verdadeiros problemas ambientais e da humanidade continuam por resolver. Mas passemos a coisas mais sérias.

Eu lamento muito que se tente apropriação partidária de um nome grande da cultura portuguesa como o José Afonso, e lamento que se associe o nome dele a um texto absolutamente parado no tempo, e que acaba por constituir um prejuízo para o próprio autor, para o próprio músico, para o próprio cantor, para o homem que ele foi. E isso condiciona, a natureza do texto condiciona o nosso sentido de voto. E reforçamos que nesta mesma Assembleia com nomes que não são do agrado da CDU, as homenagens não são permitidas sob o argumento de que já chega de falar sobre as mesmas pessoas. E recordo aquela que foi a indecorosa posição da CDU face a uma Moção que o CDS apresentou no 30º aniversário do falecimento de Adelino Amaro da Costa.

Depois é também uma ironia a Moção do Plano Gerontológico. Porque também o CDS nesta Assembleia apresentou um Plano de Apoio aos Idosos com uma série de medidas consideradas muito positivas. A diferença é que não vinha da maioria comunista, e o que não vem da maioria comunista não tem valor.

Relativamente à Moção sobre a Lei do Arrendamento, lamenta-se que ela omita um facto essencial, que é os mecanismos que a Proposta de Lei tem de proteção aos idosos, de proteção aos arrendamentos mais antigos e às famílias mais necessitadas.

Quanto à Moção sobre Transportes queríamos propor a supressão do segundo ponto deliberativo e referir que parece razoável que não tenham sido os utentes a suportar anos de deficit das empresas de transportes. Isto parece ser uma coisa razoável. O que aqui não se diz é que estas empresas de transportes têm para trabalhadores e administradores privilégios que são verdadeiramente imorais e desses não se fala.

Relativamente à Moção do Partido Socialista sobre Abertura e Pluralismo nos Órgãos de Comunicação Municipais, aliás um pedido que já tinha sido trazido a esta Assembleia pelo CDS através de uma Moção, eu só pergunto é que o Partido Socialista não faz esta proposta na Câmara Municipal de Almada? É porque a maioria do Executivo não é o Partido Comunista, o Partido Socialista, PSD e Bloco de Esquerda se quiserem terminam com esta situação imediatamente, porque têm a maioria no Executivo Camarário.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por fim, saudar o Partido Socialista pela apresentação da Moção sobre a compensação para o Comércio Local de Cacilhas. É pertinente, é urgente e aquilo que aqui ouvimos hoje, explicação da Sr.^a Presidente da Câmara e da Sr.^a Vereadora seria cómico se não fosse uma grande tragédia para o comércio de Cacilhas e para os habitantes de Cacilhas.

6.3.20 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas sobre a questão da Moção do Partido Socialista para o comércio de Cacilhas.

A CDU não desmente que a obra tem dois meses de atraso. Efetivamente a obra estava para estar concluída no final de dezembro de 2011, estamos em finais de fevereiro de 2012. E portanto naturalmente que a dimensão da obra, das infraestruturas que estava no terreno obrigava a cuidados e acompanhamentos que eu não vou repetir, com os quais eu participei na quase totalidade, não em todos, dos fóruns com a população, fui acompanhando. Mas há uma questão que eu gostava de colocar, porque ao contrário da intervenção do Sr. Deputado Municipal do PSD que fala do estacionamento, que fala de tudo menos da Moção do PS, porque a Moção do PS não questiona nem a pedonalização. A Moção do PS o que diz é, por causa do atraso das obras, é preciso ressarcir os comerciantes. A intervenção do Sr. Deputado Miguel Salvado foi tudo menos isto, menos a Moção do Partido Socialista. E portanto é sua opinião legítima, não vou contrariar a sua argumentação, quando nós falamos das consequências do Morro e das suas propostas e da pedonalização, como é que se chega à Cândido dos Reis, isso cá estaremos para voltar a discutir. Agora a questão em concreto da proposta do Partido Socialista eu não gosto de adjetivar intenções e portanto não o vou fazer. Mas há uma coisa que a mim residente na zona, que está no comércio local, que vai ao comércio local e que ouve as pessoas, não tem a dimensão que se indica aqui nesta Moção. Porque é verdade que quando se tomou mais ou menos conhecimento não da falência do empreiteiro, porque seguramente não foi por causa da Câmara Municipal, só falta dizer isso, mas sim que os problemas da obra não iriam estar concretizados, também é verdade que se assegurou de imediato que o pavimento ficasse de forma a que não inviabilizasse a mobilidade das pessoas na rua.

Eu quero dizer aos Srs. Deputados Municipais que não é muito intelectualmente sério dizer a que partir do final de dezembro de 2011 até hoje, é por força da não decoração da rua, porque as infraestruturas estão conseguidas, a possibilidade de as pessoas circularem naquela rua está assegurada, que as pessoas estão a ir à falência, ou podem vir a ser uma rua falida. Mas isto é sério? E a Lei do Arrendamento que já está a preocupar muitos comerciantes em Cacilhas e noutros sítios que não sabem com que rendas é que vão ficar. E a questão do IVA? Ou será que na crise social alguém nesta Assembleia pensa que as pessoas estão a nadar em dinheiro para ir todos os dias para o restaurante independentemente do estado da rua? Vamos lá ver. Isto são coisas muito sérias que risos nervosos e histéricos aqui podem não querer acompanhar a preocupação séria destas matérias, mas Srs. Deputados, de facto não nos identificamos com os argumentos e não é porque não estejamos preocupados com a evolução da situação, mas a evolução social, a evolução para os pequenos e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

médios empresários da rua de Cacilhas a começar pela Lei das Rendas e a acabar na questão do IVA. Portanto, obviamente que por estas razões e não por aquelas falsas questões que aqui se colocam, nós não podemos estar de acordo.

Como é evidente e desta vez não era expectável que votássemos a favor. Outras propostas vieram e ficaram admirados, mas esta não podia ser obviamente.”

6.3.21 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre o nosso sentido de voto, votaremos favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, já está fundamentado o nosso voto contra a proposta do PS sobre a rua Cândido dos Reis.

Em relação à Proposta do PS sobre a Costa da Trafaria, convinha sintetizar, já houve uma extensa intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara, dizer o seguinte, trata-se formalmente de um documento que não é uma Moção, portanto pede-se à Câmara informação, o PS não precisa de nós para pedir informação à Câmara, mas a questão essencial não é a questão formal é a questão de conteúdo, porque o que está aqui a ser afirmado são duas coisas, primeiro não há informação à Assembleia e em segundo lugar que a Câmara é que é responsável pelo atraso, e ambas são completamente falsas. Por um lado nós sabemos que o PS no Governo é que impôs o terminal de contentores na Trafaria e o comboio de mercadorias ao nível do PROT e a paragem dos trabalhos neste momento tem a ver com a paragem ao nível do PROT e relativamente à informação é mais do que evidente e todos nós sabemos, e nem sequer é necessário desmentir que já depois de 2006 houve reuniões entre a Câmara e a Assembleia Municipal e há não uma mas várias Moções da Assembleia Municipal sobre estas matérias recusando o terminal dos contentores. Portanto a informação existe, a tomada de posição da Assembleia Municipal existe e obviamente esta Proposta não faz qualquer sentido.

Relativamente ao Pluralismo, convém de uma vez por todas que nos entendamos. Querem continuar a dizer que nós somos monocórdicos e que não permitimos o pluralismo? Ou querem mesmo que haja pluralismo? É porque a questão é esta, isto já foi discutido n vezes aqui, na reunião de representantes e por aí fora. Portanto, é uma reincidência na mesma questão. E nós reafirmamos o mesmo, um Boletim Municipal não é um órgão de comunicação social, é um boletim informativo da atividade do Município. E portanto não pode nem deve veicular ou ser a sede de opiniões político-partidárias. Isto é o Boletim Municipal. Já foi discutido, já houve consenso, já várias vezes foi analisado na reunião de representantes. A outra situação que é no âmbito da Assembleia Municipal, quer a nível do site, quer a nível de edição em papel de nós encontrarmos uma solução para que haja neste Concelho e a propósito da atividade autárquica a expressão pluripartidária das forças políticas. Isto está na mesa e nós estamos totalmente de acordo. Voltem ao assunto, apresentem propostas que nós possamos aceitar, que são estas, e o pluralismo existirá, porque nós não somos contra o pluralismo.

Finalmente em relação ao CDS, nós falamos com o CDS a propósito desta proposta, porque nós consideramos que um conjunto de considerandos que aqui estão e somos sensíveis sobretudo ao facto de a suspensão do Transpraia criar dificuldades à deslocação das pessoas para as praias. No entanto,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

como é óbvio, o que nós colocamos ao CDS em primeiro lugar, é que esta questão em termos de resolução estrutural estratégica e de fundo só pode ficar resolvida de facto recomendando ao Ministério da Agricultura e do Mar que em articulação com o Ministério da Economia assegurem a possível extensão do Metro Sul do Tejo o mais rapidamente possível à Costa da Caparica e que se articule com o Transpraia. Sabemos que isto não é para amanhã, curiosamente o CDS esteve de acordo com isto, e onde foi mais difícil estar de acordo, foi quando nós propomos que entretanto e até estar concluída essa extensão seja considerada uma solução alternativa ao Transpraia. Uma questão em aberto e que se veja se é possível equacionar esta questão. Não atirar ou recomendar à Câmara Municipal que faça algo que nem sequer é de sua jurisdição, nem está no seu poder fazer e de resto tudo isto deve funcionar no quadro do Polis, como é óbvio. E portanto também é preciso que o Polis funcione.

Nós aceitamos a proposta de alteração do BE na nossa Proposta.”

6.3.22 – O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começaria brevemente por citar Nuno Libério da CDU que afirmou que a CDU sempre defendeu a participação de todas as forças políticas nas publicações do Município. Naturalmente que isto não se passa em Almada, naturalmente que isto se passa na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a notícia vem no Público de 04 de fevereiro de 2012, portanto uma notícia recente. E portanto, a posição da CDU a este propósito sobre a Moção do PS surpreende-nos. Mas, a posição do PS também nos surpreende porque quando lhes dá jeito falam pluripartidarismo, de multipartidarismo de tudo aquilo que possam fazer para ter voz.

Relativamente aquilo que o CDS afirmou e que o PSD também defendeu, que vão votar contra a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre a Lei das Rendas. Ficamos fascinados porque ficamos a saber que as alterações climáticas ou climáticas são um mito, que a biodiversidade é um mito, e que quem sabe o pilhão é um mito. E já agora, que os velhinhos, que os pobrezinhos, que aqueles a que o malandro do Bloco de Esquerda lhes retirou um prato de sopa aqui há uns meses atrás estão protegidos por essa capa mágica que é o CDS-PP e o PSD. Grande protetorado, quais cavaleiros brancos, quais cruzadas, que se esquecem de afirmar que aquilo que vai acontecer a estes tecidos sociais extraordinariamente sensíveis, a serem colocados num regime transitório que entretanto a prazo os vai colocar num despejo, não é sem comida, é sem tecto. Eu quero saber qual a solução que o PSD e o CDS-PP, vão apresentar para quando em Almada tivermos mais de oito mil pessoas na rua sem tecto, o que é que eles vão fazer. Mas mais, quem defende esta Lei do Arrendamento é porque não conhece a realidade. Porque a realidade em Almada, décimo maior mercado imobiliário do País, é que o nosso Município representa trinta por cento do mercado de arrendamento da Península de Setúbal e onde temos mais de quinze por cento dos contratos de arrendamento superiores a quinhentos euros. Eu recordo que quinhentos euros é mais do que o salário mínimo nacional.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E portanto, podemos falar de biodiversidade como algo distante, de alterações climáticas que não o são como algo distante, mas a muito curto prazo teremos milhares de famílias na rua e eu quero saber então aí qual prato de sopa é que lhes vamos oferecer.”

6.3.23 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.^a Presidente da Câmara, Sr.^a Vereadora, com todo o respeito eu gostava apenas de vos dizer que no meu texto eu digo que os destaques anunciavam a rua Cândido dos Reis em Cacilhas vai ser pedonalizada, e na mesma publicação usando maior cautela o texto que desenvolvia o destaque acabava por afirmar as obras de requalificação e pedonalização da rua Cândido dos Reis vão avançar no primeiro trimestre. Portanto, coincide exatamente com aquilo que a Sr.^a Presidente veio dizer. Eu tenho-o dito no texto, portanto não era preciso fazer esse destaque. Mas não deixa de ser verdade que o que foi publicado nos boletins municipais não é informativo, foi apenas o reflexo de um desejo, porque a informação deve ser dada a toda a população e não apenas aos moradores da rua e aos comerciantes em reuniões privadas. E já agora sobre o IVA da restauração foi uma das grandes lutas do Partido Socialista no Orçamento de Estado, foi que o IVA da restauração não fosse aumentado. Portanto, essa chamada de atenção para o IVA da restauração, essa carapuça a nós não nos assenta. E depois ainda mais, o que está em causa Sr.^a Vereadora é que o atraso de dois meses não é de facto de dois meses, é dois meses na atualidade quando ainda não recomeçaram as obras, é o tempo que ainda falta para terminar as obras, esse é que vai ser doloroso e esse é que vai ser complicado porque cada dia nós temos a vida dos comerciantes mais complicada.”

6.3.24 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria só dar aqui duas notas. Uma em relação à Moção que foi apresentada da Costa da Trafaria, o Partido Socialista de Almada, foi sempre contra a vinda dos contentores para a Trafaria, votámos sempre na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal contra, mesmo quando o Partido Socialista estava no poder e quando o Secretário de Estado dos Transportes queria pôr aqui o Porto de Contentores. Não é isso que está em causa, o que esta Moção questiona é sobre o estudo de enquadramento estratégico da Costa da Trafaria, e as perguntas que nós fazemos são sobre o estudo, são sobre os Planos de Pormenor, são sobre os vinte e dois projetos âncora e sobre o que é que a Comissão de Acompanhamento tem efectuado. E queria deixar aqui ressalvado essa questão.

Por último, não pude deixar de estranhar as palavras do Sr. Deputado Pena sobre a questão dos mitos das alterações climáticas que é uma posição que eu considero obscurantista, ainda mais quando a Ministra do Ambiente é militante do CDS-PP, e a propósito do que é que a Sr.^a Ministra pensa só queria ler aqui o que ela disse há pouco tempo, Assunção Cristas destaca a importância das estratégias de adaptação às alterações climáticas. Significa portanto que há também quem no CDS embarque nesta questão dos mitos climáticos.”

6.3.25 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas ou três notas antes de entrar na componente mais política, digamos assim, da minha intervenção. Gostaria de colocar ao Bloco de Esquerda uma questão que é a seguinte, o PS reconhece globalmente na Moção apresentada sobre a questão da Lei de Revisão do Arrendamento Urbano e tem todo o empenho em votar a favor. No entanto, até porque a cultura política do PS é diferente da do Bloco como todos sabemos, o PS é um Partido que sempre foi defensor do pluralismo e da liberdade de expressão, coisa que não aconteceu com toda a gente e portanto ficamos um bocadinho admirados com a referência que fez relativamente às mudanças de posição do PS sobre essa matéria, mas não é uma questão central, não vale a pena estarmo-nos a debater agora sobre o assunto.

Relativamente à questão que eu estava a referir da proposta sobre o arrendamento, colocava a possibilidade de se votar a parte deliberativa ponto por ponto. Porque relativamente ao terceiro ponto de facto nós não achamos que esse tipo de formulação seja mais compatível com a noção que temos de Estado de direito. Isto é, as Leis têm um sítio adequado para serem elaboradas, para serem aprovadas e depois trata-se de aplicar a Lei, não nos parece que a resistência à Lei seja algo que deva constar assim deste proposta. Percebemos que seja essa a posição do Bloco, e por isso sendo a posição do Bloco nós respeitamos. Aquilo que colocava era a possibilidade de se votar ponto por ponto, no sentido de nós votarmos a favor dos dois primeiros, e abstermo-nos no terceiro ponto.

Relativamente a outras questões. A Moção que apresentámos sobre Abertura e Pluralismo dos Órgãos de Comunicação Municipais. Essa matéria é uma matéria como foi referido pelo CDU que já não é nova, é uma matéria que já trouxemos várias vezes, mas é uma matéria sensível, relevante e que continua atual. Portanto é uma matéria que justifica que venha sempre. E se nesta vez a CDU obstacularizar a sua aprovação, nós não desistiremos daquilo que consideramos correto. Porque nós temos uma opinião muito firme relativamente ao que é um órgão de comunicação público, sabemos que um órgão de comunicação público como o Boletim tem obviamente intuitos noticiosos que não podem ser confundidos com debates em matérias que não têm a ver com as realizações municipais. Mas relativamente à política municipal, relativamente à prática municipal, relativamente às ações municipais, há posições diferentes. E essas posições de forma equilibrada podem e devem refletir-se nos órgãos de comunicação social municipais. E nós continuamos a batermo-nos por isso, aqui e onde for adequado. E portanto não percebemos qual é a estranheza da CDU e de facto eu percebo que a CDU até pelo enquadramento histórico em que ideologicamente se situa possa ter dúvidas sobre isto. Nós todos sabemos o que é que aconteceu no passado, no tempo do estalinismo, com toda a gente que não pertencia à nomenclatura soviética. Eram apagadas as fotografias, a CDU também acha normal apagar a posição dos Boletins Municipais. Só que essa não é nossa perspectiva e continuamos a lutar para que o pluralismo e a abertura tenham de facto espaço nos Boletins e nos Órgãos de Comunicação Social Públicos Municipais. Como disse um camarada meu na Assembleia da República, os Srs. Deputados têm direito ao à parte, não têm direito à vozearia. E portanto, eu peço ao Sr. Presidente que chame a atenção aos Srs. Deputados Municipais para esse facto.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente à Moção que a CDU apresentou sobre as Opções Participativas, há algumas referências que devem ser feitas. Obviamente que toda a gente está de acordo com a discussão pública dos assuntos. Toda a gente está de acordo com a participação dos cidadãos nos assuntos, mas agora o que nós temos aqui é um laudar, louvor da prática municipal, a prática municipal que utiliza ideias e conceitos que lhe são completamente estranhos. Nós podemos ver no Plano de Atividades Municipal um conceito como governança e até parece que esta prática que é aqui referida nesta mudança, tem a ver com esse conceito de governança. Ora o conceito de governança tal como é aplicado no Concelho está absolutamente distorcido, é uma paródia do que se entende por governança. O que é governança? A governança é um governo em rede, uma administração aberta à participação dos vários interesses e das várias forças em presença e não é um ajornamento do poder popular. Não é. Têm de se convencer disso, e portanto esta matéria não é uma matéria em que nós possamos embarcar partindo de uma leitura apriorística e considerando que a participação é sempre positiva, aprovar uma Moção que no fundo vai dar força a uma prática que é insuficiente e que não deve ser louvada.

Finalmente no que diz respeito à Moção sobre as alterações ao regime laboral da Função Pública. Nós lamentamos que a CDU tenha utilizado os termos que utilizou, tenha confundido da forma grosseira como fez o Governo atual com o Governo do Partido Socialista, mas à CDU tenho a dizer o seguinte de facto a situação que neste momento se vive na Função Pública é tão grave e é tão necessário que se convirja no sentido de conseguir defender o que tem que ser defendido e preservar o que tem que ser preservado e o Partido Socialista apesar de não concordar com a forma como redigiram a Moção vai votar a favor desta Moção, ficando registado em ata obviamente, estas minhas palavras.”

6.3.26 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dizer que o Bloco de Esquerda é um Partido Político que atua no âmbito das Leis do País, e próprio País que é o Estado de Direito que o Sr. Deputado referiu proporciona a capacidade à pessoas de se organizarem, resistirem às Leis e até provocarem a sua alteração. Nesse sentido parece-nos que isto que está aqui não é o apelo à malta pegar em enxadas e tijolos e ir atacar o Governo, não é isso. É no âmbito do Estado de Direito como é evidente. É isso que nós vamos continuar a fazer e acreditamos que vai ser possível que isso aconteça, aliás até porque os erros do Governo estão a ser tantos neste campo que as pessoas vão-se encarregar de assim como os puseram lá também os hão de tirar. Sobre isto nós gostaríamos de não desarticular a nossa Moção e de a apresentar com estes três pontos que nos parecem coerentes em relação à Moção que apresentamos. De qualquer modo apreciamos que seja só por uma coisinha de nada que o PS não vai votar a favor, lamentamos, mas de facto não vamos desarticular a parte deliberativa.

O que o Bloco de Esquerda quis aqui apresentar em relação ao Boletim Municipal e à informação pluralista, é que quisemos apresentar uma contradição entre quando uma força política está no poder e quando essa mesma força política está no poder e quando essa mesma força política está na oposição. O que acontece é que com toda a frontalidade na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a maioria



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

relativa é do Partido Socialista, como é maioria relativa a CDU em Almada. Acontece que a CDU em Vila Franca de Xira tem a posição que o PS tem em Almada e vice versa. Ou seja, quando a força está no poder tem uma opinião, quando a força está na oposição tem outra. Agora, em Almada nós temos que ter de facto uma opinião sobre isto. Isto é um debate que está aberto há muito tempo, se a CDU está assim tão aberta a que haja um espaço on line, é já, começa-se por aí. Nós na reunião de Representantes discordamos da criação de um encarte para pôr dentro do Boletim Municipal porque a nós nos parece que isso é mais uma despesa e uma coisa que a população não vai perceber porque é que se vai meter dentro de um Boletim outro Boletim da Assembleia Municipal. Isto é um assunto que o PS aqui traz e tem do nosso ponto de vista toda a pertinência, deve ser debatido, deve ser aprofundado e esta Assembleia Municipal e esta Câmara Municipal mais tarde ou mais cedo há de ter uma informação aberta a todas as forças políticas com representação na Câmara e na Assembleia. É nesse sentido que nós vamos continuar a lutar e até um dia se conseguir.”

6.3.27 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação a este assunto o PSD está totalmente de acordo, até porque é um assunto que já vem há tanto tempo a ser trazido a esta Assembleia que se calhar é desta, pelo menos vamos ter em conta as palavras da CDU. O que também não é difícil porque o Boletim Municipal às vezes já traz uma ou duas páginas para a Assembleia Municipal, por isso seria a forma de estudar aquele espaço ou até acrescentar mais um espaço. Não precisava de se gastar mais dinheiro, bastava utilizar a paginação e o espaço que já lá existe. Ficamos contentes que possa haver aqui uma aceitação por parte da CDU do pluralismo, o problema não é aceitarem, como dizia uma pessoa minha amiga, o problema é implementá-lo.”

6.3.28 – O Sr. Deputado Municipal José Gabriel:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, é talvez caricaturando conseguir explicar em que ponto é que estamos. É que faz tanto sentido fazê-lo através de uma proposta não séria a propor ao Partido Socialista se a Câmara der um espaço no Boletim Municipal para o Partido Socialista, se o Partido Socialista dá um espaço à Câmara numa ação Socialista, trata-se disto. É que isto só pode ser uma declaração não séria, porque naturalmente trata-se de coisas muito distintas. O Boletim Municipal trata da atividade municipal e reflete aquilo que é o trabalho da Autarquia, não se vê no Boletim Municipal qualquer menção à CDU, e portanto não se pode ver no Boletim Municipal uma menção a um Partido da Oposição, que levaria naturalmente através da informação municipal da Câmara a falar da CDU e não saíamos disto. Tratam-se de coisas perfeitamente distintas.”

6.3.29 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Obscurantista, é uma boa palavra, mas Sr. Deputado Municipal fica já o desafio feito, quando quiser, onde quiser, à hora que quiser e com as pessoas que quiser, eu estou disponível para debater o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

assunto com o Sr. E com o Sr. Deputado do BE. Os Srs. falam daquilo que não conhecem, os Srs. têm ao vosso dispor sobre os vossos estimados aquecimentos globais e que de repente mudou de nome para alterações climáticas, os Srs. têm propaganda não têm mais nada. Por todo o mundo a ciência já tem uma posição quase inequívoca em relação a isto, é pena que nós estejamos ainda tão atrasados em Portugal neste debate, e que ainda apareçam representantes políticos a dizer aquilo que os factos obviamente desmentem.”

6.3.30 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu comecei a minha intervenção quando falei sobre o pluralismo, perguntando a todos os que nos estão a ouvir se querem continuar a dizer que nós não somos pluralistas, ou se querem de uma vez por todas que haja informação e participação dos vários Partidos em Órgão Autárquico. O que nós dissemos com toda a clareza foi, não no Boletim Municipal. Não temos nenhuma objecção, e isto é discutido, não descobrimos hoje, não é hoje que estamos aqui a dizer. A intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Pereira foi muito clara em dizer que no âmbito dos Representantes ele não esteve de acordo com um procedimento técnico para implementar esta informação pluralista e portanto que na reunião de Representantes se acertem essas questões. E que no âmbito da Assembleia Municipal haja participação plural das forças políticas todas. E deixem de dizer que nós não queremos que os outros falem. Os Vereadores do Partido Socialista ou de outros Partidos que eu sou como o velhinho ou a velhinha do anúncio, ainda sou do tempo em que o PS e o PSD na Câmara Municipal tinham Pelouros. E a atividade que eles desenvolviam era tão informada como a de todos os Vereadores da CDU. O que nós estamos a dizer é que o Boletim informativo não é uma tribuna político partidária onde se dirimem as diferenças relativamente à gestão da Autarquia. Isso é na Assembleia Municipal e o Boletim Municipal informa da atividade da Câmara, e quando quiserem entender isto, não é a CDU que está a proibir o pluralismo, nem aqui nem em lado nenhum, aceitando que de Concelho para Concelho possa haver procedimentos que não sejam exatamente os mesmos. Mas nós não estamos evidentemente, podíamos estar aqui a noite toda a dar exemplos das Autarquias que quando estão no poder não querem, nós aqui queremos estamos de acordo, no Boletim Municipal não.”

6.3.31 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à questão que neste momento está a ser debatida, a questão relacionada com a abertura dos Órgãos de Comunicação Municipais, eu gostava de precisar dois ou três aspectos com toda a serenidade e com todo o rigor.

Primeiro aspecto tem a ver com o seguinte, a Moção que nós apresentámos é uma Moção que se baseia numa deliberação do órgão que em Portugal regula a matéria de Comunicação Social. É esse órgão que considera que os Boletins Municipais também devem ser abertos a todos os Grupos Políticos representados nos Órgãos Municipais, ainda que mantendo o carácter informativo que tem. E portanto obviamente que aquilo que se pretende não é que o Boletim Municipal seja retalhado pelas forças



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

políticas em função dos votos que tem. Aquilo que se defende é que do ponto de vista do texto noticioso, do ponto de vista da imagem, haja presença dos Grupos Políticos que não são os maioritários também nesses Boletins em função da atividade que têm na ação municipal. Não referi e não refiro nenhum caso concreto, podia ir buscar casos concretos de vários Partidos até a favor de uma posição, e a favor de outra, mas eu pretendi sustentar a argumentação utilizada em princípios e não em antecedentes. E é aí exatamente que nós nos situamos. Do ponto de vista dos princípios políticos, morais, do ponto de vista dos princípios legais e do Estado de Direito, justifica-se que o Boletim Municipal esteja aberto também a outras forças políticas, até porque nós sabemos perfeitamente que os Boletins Municipais não se limitam a apresentar notícias isentas e rigorosas. Nos Boletins Municipais os responsáveis políticos fazem obviamente considerações várias sobre matéria que não tem a ver com a sua atividade como gestores do Município. Obviamente que nós todos sabemos disso, não é preciso irmos fazer análise de conteúdo aos Boletins Municipais, porque nós todos sabemos que o que eu estou a dizer é verdade. E mais, é legítimo, agora se é legítimo para uns também é legítimo para outros. É isso que eu refiro, é isso que eu sublinho, é nisso que eu insisto. E mais, se a CDU tem outros projetos, isto é, se pretende que esse princípio da abertura e do pluralismo se possa concretizar noutros espaços noticiosos, nós estamos disponíveis para estudar esse assunto, mas não estamos disponíveis para deixar cair uma questão de princípio, que é a de que independentemente do resto, os Órgãos de Comunicação Municipais devem conformar-se com o Estado de Direito e com os princípios que regem todos os portugueses.”

6.3.32 – A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rápido para dizer que o Orçamento Municipal no campo da própria Assembleia Municipal tem uma dotação exatamente para contemplar edição informativa de carácter político da Assembleia. Existe dotação orçamental na Assembleia Municipal para este tipo de publicação. Está lá, já estava no Mandato passado, no ano passado e neste continua a estar.”

6.3.33 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só uma precisão, porque as últimas intervenções afunilaram por um aspecto que não corresponde à minha intenção. Eu não me referi à abertura do Boletim Municipal para a Assembleia Municipal, referi sempre a abertura do Boletim Municipal para as outras forças políticas. E portanto trata-se dos Deputados Municipais obviamente mas também dos Vereadores da oposição que não têm possibilidade de se expressar utilizando os órgãos de Comunicação Municipais.”

6.4 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.

6.4.1 – A Moção/Deliberação sobre Plano de Ação Local para a Biodiversidade, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).

6.4.2 – A Moção/Saudação Madan Parque, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por unanimidade.

6.4.3 – A Moção/Deliberação 25^o Aniversário da Morte de Zeca Afonso, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e três abstenções (de eleitos do CDS-PP e do PSD – Miguel Salvado).

6.4.4 – A Moção/Deliberação de subscrição do manifesto da Plataforma artigo 235, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria e do BE), sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e uma abstenção (de eleito do PSD – representante do Presidente da Junta Freguesia Costa Caparica).

6.4.5 – A Moção/Deliberação De apoio ao Manifesto dos Onze Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do BE e um eleito do PSD – representante do Presidente da Junta de Freguesia Costa Caparica) e sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

6.4.6 – A Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

6.4.7 – A Moção/Deliberação Transportes Públicos ao serviço das populações, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE), sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

uma abstenção (de eleito do PSD – representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), com a seguinte redação:

“Para dar cumprimento às medidas preconizadas pelo Governo e inseridas no PET, o presidente do Grupo Transtejo anunciou que, até finais de Fevereiro, haverá novos cortes nas ligações fluviais entre as duas margens do rio Tejo.

Este anúncio é feito quinze dias após mais um brutal aumento.

No que ao Concelho de Almada diz respeito, entre Cacilhas e Cais do Sodré nos dias úteis serão eliminadas quatro carreiras dia em cada sentido e 18 ao fim de semana.

Na ligação Trafaria/ Porto Brandão/ Belém serão cortadas duas ligações dia nos dias úteis, três ao sábado e três ao domingo.

Estas supressões de carreiras, a concretizarem-se, somam-se às outras que entretanto já aconteceram em Setembro último, contribuindo para aumentar o tempo das deslocações dos utentes, retirando-lhes tempo para a família e lazer.

Também as sistemáticas alterações de percursos e cortes nas carreiras dos TST, a falta de coordenação entre os vários operadores, os preços praticados pela Fertagus, que continua fora do sistema o passe social intermodal, tal como a MTS, estão entre as razões para a real falta de qualidade na oferta de transportes públicos no nosso concelho.

A pretensão em reduzir drasticamente a oferta de transportes públicos fora das chamadas horas de ponta é reveladora duma visão redutora do direito à mobilidade, já que impede o acesso a equipamentos sociais, de lazer e participação cívica.

Cortar mais carreiras da Transtejo é reduzir a oferta deste importante serviço público de transportes ao nível de serviço mínimos.

A Assembleia Municipal de Almada não pode alhear-se das consequências destas políticas para o quotidiano das populações do nosso concelho.

Por outro lado a ideia de encerrar a linha 2, Pragal/Corroios do MST, não deve ser concretizada. Transferir os utentes desta linha para a da Universidade /Cacilhas fazendo o transbordo para Corroios na Av. Bento Gonçalves, pode provocar, para além do mais, situações de insegurança e desconforto, levando à perda de utentes. Ao contrário, o que se torna necessário é trabalhar para que logo que possível se concretize a expansão do metro à Trafaria, Costa de Caparica e Charneca de Caparica.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em 23 de Fevereiro de 2012 decide pronunciar-se junto do Governo:

- Contra mais estes cortes nas carreiras da Transtejo;
- Contra as intenções de privatização das empresas públicas previstas no PET.
- Que não se concretizem as intenções de encerrar a linha 2 Pragal/Corroios do MST.”

6.4.8 – A Moção/Deliberação Lei de Revisão do Arrendamento Urbano/Lei dos Despejos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE), oito votos contra (de eleitos do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria).

6.4.9 – A Moção/Deliberação Plano Gerontológico do Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).

6.4.10 – A Moção/Deliberação Opções Participativas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE) e treze votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria e do CDS-PP).

6.4.11 – A Moção/Deliberação Plano Costa Trafaria, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e dois votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP) tendo em consideração o voto de qualidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

6.4.12 – A Moção/Deliberação Órgãos Comunicação Municipais, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e dois votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP) tendo em consideração o voto de qualidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

6.4.13 – A Moção/Deliberação Alterações ao Regime Laboral da Função Pública, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 6.4.14** – A Moção/Recomendação sobre o Transpraia, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Maco, foi rejeitada por maioria com trinta e três votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria) e onze votos a favor (de eleitos do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP).
- 6.4.15** – A Moção/Deliberação Mecanismos Apoio Comércio Cacilhas, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e dois votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP) tendo em consideração o voto de qualidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.
- 7** - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na reunião da próxima noite.
- 8** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Carlos Rebelo Simões, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rita Magda Pinheiro Pereira, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Nuno Filipe Miragaia Matias.
- 9**- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP – CMA; o Senhor Humberto Lameiras - Jornal da Região e de quarenta e seis Senhores Munícipes.
- 10** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H35 do dia 24 de fevereiro de 2012.
- 12** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____